



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ISADORA SILVA FERNANDES

**REPENSANDO O TERRITÓRIO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS A PARTIR
DA OBRA DE MILTON SANTOS**

**São Cristóvão
2026**

ISADORA SILVA FERNANDES

**REPENSANDO O TERRITÓRIO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS A PARTIR
DA OBRA DE MILTON SANTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso II, apresentado ao Departamento de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Fernandes Franco

São Cristóvão

2026

Aos meus avós, Eliezer e Zilda (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Max e Cristiane, que, com muito suor, fizeram este sonho se tornar realidade. Ao meu pai, obrigada por cada noite sacrificada para que eu pudesse ter conforto e tranquilidade para correr atrás dos meus objetivos. À minha mãe, obrigada pelas renúncias durante todos esses anos, para que nenhum sonho meu ficasse pela metade.

À minha irmã, Isabel, que durante toda a vida foi o meu alívio para o mundo. Quando me vi sozinha, longe de casa, Bel permaneceu sendo meu elixir de alegria e combustível para ser a melhor referência que ela poderia ter.

Aos meus avós, Eliezer e Zilda (*in memoriam*), a quem também dedico este trabalho, agradeço por, mesmo sem instrução de alfabetização, acreditarem no poder da educação para libertar as próximas gerações. Louvo e agradeço por todo o esforço sem medida que dedicaram à família. Se hoje posso voar, é porque um casal de sertanejos criou as oportunidade para que eu tivesse asas.

À minha avó, Maria da Conceição por todo carinho e incentivo fundamentais durante todo esse ciclo.

Aos meus amigos de Brumado – Mari, Rafa, Luiz, Gisele, Pablo, João e Bia – que me viram sonhar, foram fundamentais para que meus pés alcançassem a Universidade Federal de Sergipe e, por incontáveis vezes, me salvaram com sua amizade, não importando o quão distantes estivéssemos.

Ao meu professor orientador, Thiago Franco, não só por todo suporte e incentivo, mas por ter me apresentado caminhos. Thiago, mais que um exímio professor, é um grande amigo. É daquelas pessoas cuja conversa não pode ser desperdiçada. Dentre todos esses anos em que pudemos trabalhar juntos em projetos de monitoria, pesquisa e comissões departamentais, serei eternamente grata por todas oportunidades que tive de ouvi-lo.

Ao Grupo de Estudos sobre Imperialismo Rosa Vermelha, pelo espaço acolhedor que me mostrou como a pesquisa acadêmica pode ser leve, divertida e estimulante quando realizada em comunidade.

A todos os colegas de curso – os “custies” – sem os quais não seria possível vencer a graduação. Afinal, para além da sala de aula, a memória desse ciclo será feita de almoços, cafés, brindes nos fins de tarde e devaneios pelos cantos da UFS. Em especial, agradeço à Izabella, minha primeira *roommate*, a quem devo a tranquila adaptação no primeiro ano morando sozinha em outro estado; ao Victor, principalmente por acreditar mais em mim do que eu mesma; à Ângela, com quem dividi as mais difíceis batalhas durante a graduação.

A todos os amigos que me acolheram neste bairro e foram fundamentais para que eu me sentisse em casa, mesmo longe da minha família: pessoal da academia, os amigos do “matança”, os vizinhos sempre solícitos. Em especial, à Júlia, por ser abrigo em meio à tempestade.

Ao Centro Acadêmico Independente de Relações Internacionais, à Liga Acadêmica de Representação e Participação Políticas, ao Centro Estadual de Idiomas, por todas as oportunidades de fazer coisas novas, aprender e me descobrir como acadêmica e profissional.

Ao Matheus, por toda a parceria, paciência e incentivo dedicados nessa reta final. Concluir este trabalho se tornou muito mais leve com seu amor e companhia.

Finalmente, agradeço por todas as bênçãos concedidas a mim durante esses quatro anos. À espiritualidade, a Deus, à intercessão de Nossa Senhora Aparecida, que me sustentaram e me deram clareza e discernimento para trilhar os caminhos que me trouxeram até aqui.

Nenhuma conquista se realiza sozinha. Sou grata pela sorte de ser rodeada de amparo, amor e carinho. Sem vocês, eu não chegaria até aqui.

Muito obrigada!

RESUMO

O território aparece nas teorias das Relações Internacionais, majoritariamente, como um elemento natural, fonte e instrumento de poder, reforçando as concepções herdadas da Modernidade. Mesmo as teorias críticas, impactadas pelas transformações provocadas pelo fenômeno da globalização, insistem em não tratar o território com centralidade e em sua complexa dimensão geográfica. Em contrapartida, esta monografia propõe uma releitura epistemológica com base na obra do geógrafo Milton Santos, a fim de analisar como a sua concepção de território, como uma categoria analítica fundamentada no *uso* e nas contradições do sistema capitalista, contribui para uma abordagem crítica no campo das Relações Internacionais. Na intenção de romper com as concepções tradicionais e expor os limites das teorias ditas críticas com uma proposta interdisciplinar de análise, o trabalho levantará questões como a dialética do movimento totalizante, a instância socioespacial atribuída ao território, a produção de recortes na transnacionalização do território e sua relação direta com o fenômeno da globalização.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Milton Santos; Território; Globalização; Teorias das Relações Internacionais.

ABSTRACT

The territory appears in International Relations theories, predominantly, as a natural element, source and instrument of power, reinforcing the conceptions inherited from Modernity. Even critical theories, impacted by the transformations provoked by the phenomenon of globalization, insist on not treating territory with centrality and in its complex geographical dimension. In contrast, this monograph proposes an epistemological re-reading based on the work of geographer Milton Santos, in order to analyze how his conception of territory, as an analytical category grounded in *use* and in the contradictions of the capitalist system, contributes to a critical approach in the field of International Relations. With the intention of breaking with traditional conceptions and exposing the limits of so-called critical theories with an interdisciplinary proposal of analysis, the work will raise questions such as the dialectic of the totalizing movement, the socio-spatial instance attributed to territory, the production of cuts in the transnationalization of territory and its direct relationship with the phenomenon of globalization.

Keywords: International Relations; Milton Santos; Territory, Globalization; International Relations Theories.

RESUMEN

El territorio aparece en las teorías de las Relaciones Internacionales, mayoritariamente, como un elemento natural, fuente e instrumento de poder, reforzando las concepciones heredadas de la Modernidad. Incluso las teorías críticas, impactadas por las transformaciones provocadas por el fenómeno de la globalización, insisten en no tratar el territorio con centralidad y en su compleja dimensión geográfica. En contrapartida, esta monografía propone una relectura epistemológica con base en la obra del geógrafo Milton Santos, a fin de analizar cómo su concepción de territorio, como una categoría analítica fundamentada en el uso y en las contradicciones del sistema capitalista, contribuye a un abordaje crítico en el campo de las Relaciones Internacionales. Con la intención de romper con las concepciones tradicionales y exponer los límites de las teorías dichas críticas con una propuesta interdisciplinaria de análisis, el trabajo planteará cuestiones como la dialéctica del movimiento totalizante, la instancia socioespacial atribuida al territorio, la producción de recortes en la transnacionalización del territorio y su relación directa con el fenómeno de la globalización.

Palabras clave: Relaciones Internacionales; Milton Santos; Territorio; Globalización; Teorías de las Relaciones Internacionales.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 TERRITÓRIO, GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONSIDERAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS.....	14
1.1 A geopolítica e o determinismo territorial.....	15
1.2 A presença do território nas teorias “clássicas” das Relações Internacionais.....	21
1.3 Compreensões das teorias “críticas” sobre o território.....	26
2 TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA “CLÁSSICA” E A TOTALIDADE DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL SEGUNDO MILTON SANTOS.....	31
2.1 A abordagem do conceito de território na Geografia “Clássica”.....	32
2.2 O território usado como categoria de análise social por Milton Santos.....	36
2.3 Como o conceito de território usado de Milton Santos poderia contribuir para um melhor entendimento das Relações Internacionais.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

INTRODUÇÃO

Desde a consolidação das Relações Internacionais como campo de estudo, o território aparece como elemento nas análises do sistema internacional, sobretudo por sua associação a temas como soberania, identidade nacional, conflitos e segurança, diretamente vinculados ao Estado. Embora existam interpretações distintas desses fenômenos nas principais teorias da área (tanto “clássicas” quanto “críticas”), há um predomínio da compreensão do território como *espaço de exercício de poder estatal*, geralmente retratado como um *dado natural* pelas perspectivas tradicionais que estão fundamentadas nas concepções da Modernidade. No entanto, mesmo com o avanço e a intensificação da globalização capitalista, essa perspectiva continua a orientar grande parte das análises sobre o território e suas dinâmicas estruturantes, ainda que o cenário contemporâneo global seja marcado por profundas e persistentes desigualdades sociais.

As limitações dessas análises exigem interpretações e construções epistemológicas alternativas. O ponto de partida deste trabalho encontra-se no reconhecimento da limitação de análises consolidadas, especificamente nas Relações Internacionais, e a forma pela qual o faremos é recorrendo a uma abordagem interdisciplinar. Dessa forma, na tentativa de encontrar possíveis contribuições para o estudo mais assertivo dos estruturantes do sistema internacional e seus efeitos na sociedade, esta pesquisa recorre à Geografia, precisamente à análise das obras do geógrafo afrobaiano Milton Santos.

Embora o campo das Relações Internacionais frequentemente se autodeclare como interdisciplinar, na prática, isso nem sempre se manifesta de forma plena. Apesar de sua constituição no interior das ciências sociais no século XX – um tempo em que as barreiras fixas entre as disciplinas já não se mostravam mais interessantes para as investigações – as Relações Internacionais continuam baseadas em paradigmas teóricos e métodos relativamente rígidos frente à complexidade dos fenômenos contemporâneos. A combinação de conhecimentos é extremamente agregadora para as diversas áreas do conhecimento, pois além de expor limites no estudo de determinado objeto por uma certa perspectiva autônoma que utiliza de uma metodologia própria, tende a agregar com conhecimentos pertinentes e relevantes para a resolução desses problemas.

A partir dessa crítica, Immanuel Wallerstein (2004 [1991]) afirma que o pensamento que divide os objetos de estudo são provenientes da ideologia liberal dominante, que perpetua a ideia de progresso linear. Ele desenvolve esse argumento na obra *Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XIX*, na qual destaca que as diferenças

metodológicas e teóricas entre as disciplinas como a antropologia, economia, ciência política, sociologia e também a geografia, são muito maiores do que as distinções internas de cada uma dessas disciplinas, no que se refere aos seus conteúdos e objetos analíticos. Inclusive, acusa o marxismo ortodoxo de ser parte desse paradigma, pois em sua crítica não rompe com a estrutura epistemológica das ciências sociais modernas. Desse modo, a tese de Wallerstein sobre a análise dos sistemas-mundo, consiste, a princípio, no entendimento de que não há uma lógica independente entre as áreas da ação humana e uma investigação útil não pode considerar apenas uma variável de fatores de apenas uma categoria de análise (Wallerstein, 2016 [1974]).

É com base nessa perspectiva que esta pesquisa, desenvolvida por meio de métodos exploratórios e qualitativos, busca marcadores teóricos por meio de análise de conteúdo e mapeamento conceitual na concepção de território desenvolvida pelo geógrafo Milton Santos. O método tem a finalidade de expor a relevância dessa abordagem para as análises do campo das Relações Internacionais, o qual embora apresente um caráter interdisciplinar, ainda demonstra limitações teóricas no que diz respeito à noção de território.

O geógrafo Milton Santos propõe pensar o espaço do homem à partir do princípio de que o que faz do território objeto de análise social é o seu *uso*, não o território em si mesmo (Santos, 2008 [1996]). Nesse sentido, Santos atribui ao território o caráter de categoria analítica, demonstrando um interesse para além da forma. Assim, seu estudo se volta para a compreensão das especificidades da formação das *coisas* e dos *lugares* como via possível para captar os elementos centrais e virtudes locais, a fim de entender como esses espaços se articulam solidariamente com ações hierárquicas.

Para ele, a formação socioeconômica na qual estamos inseridos é uma *totalidade* na qual as transformações das estruturas do espaço são regidas pelo capitalismo e seus meios de totalização, que possibilitam sua localização em função da sua necessidade de reprodução. Assim, estudar o processo de globalização considerando a dimensão geográfica nos termos que propõe Milton Santos – segundo as categorias tempo/espaço, no âmbito do sistema-mundo, na pós-modernidade e à luz dos conceitos de *nação*, *mercado mundial* e *lugar* –, oferece um novo parâmetro nas investigações do princípio que rege as transformações do espaço.

Diante desse cenário, ao incorporar esses novos elementos na sua construção teórica, no maior nível de maturidade intelectual da sua obra, a centralidade que o conceito de território adquire deve-se à uma renovação ampla de sentido que é teoricamente atribuído ao adotar o termo *usado*. Nesse movimento, Milton Santos renuncia a distinção entre *espaço* e

território, compreendendo o *espaço geográfico* e o *território usado* como sinônimos, expressando uma abordagem dialética que integra dimensões materiais e sociais, concebendo o território como *categoria analítica* válida apenas quando considerado a partir do seu *uso*.

Sabe-se que o processo globalizante não é exclusivo às relações econômicas. Trata-se de um processo de mundialização econômica e cultural, de caráter civilizatório, que abrange todas as camadas da existência humana. São redes de diferentes “mundos”, ou mercadorias, que se entrelaçam no cotidiano em um mesmo tempo e espaço, demonstrando o acontecer em rede de lugares. O avanço desenfreado do capital se dá e exige uma especialização geográfica de produção configurada num meio técnico-científico-informacional que constrói e reconstrói o espaço pela tecnificação. Ou seja, o que viabiliza a globalização é o espaço geográfico, uma vez que “a unicidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor” são materializados nele (Santos, 1994, p. 49).

Especificamente, o acontecer hierárquico dentro do espaço geográfico mundializado, é resultado de uma orientação à racionalização das atividades que impõe um cotidiano pelo “uso privilegiado do território em função das forças hegemônicas” (Santos *et al*, 2000, p. 23). Esse cotidiano territorial hierarquizado, que serve como ponte de viabilização da globalização, coloca em evidência a possibilidade de realizar uma teoria do espaço que tome o materialismo histórico como método, adotando o princípio da totalidade para a interpretação da estrutura, função e forma como categorias analíticas (Santos, 2003 [1976]). Partindo desse princípio, as teorias marxistas de Harvey e Wallerstein, relativamente influentes nas Relações Internacionais, apresentam proximidade em diversos aspectos da concepção elaborada por Milton Santos, principalmente na compreensão do território como instrumento de dominação inserido na lógica de acumulação capitalista. Porém, continuam a ignorar a dimensão propriamente *geográfica* nos termos propostos por Milton Santos.

Em suma, a expressão da hegemonia hierárquica nas necessidades de reprodução do capital está na incorporação das lógicas *sociais*, *políticas* e *econômicas* dominantes que regem as transformações das estruturas do espaço no âmbito do sistema-mundo. Assim, a demanda por uma releitura epistêmica do território partindo da interpretação das concepções originais sobre espaço e território por Milton Santos, torna-se pertinente para o campo teórico das Relações Internacionais, vide a indispensável insistência na necessidade de compreender a realidade de forma sistemática, por meio da análise de um de seus aspectos fundamentais: o território (Santos, 2008 [1996]).

Para atingir os objetivos da pesquisa, no primeiro capítulo buscamos examinar algumas contribuições consolidadas no campo das Relações Internacionais, com o objetivo de

analisar como o território é concebido nessas abordagens e evidenciar seus limites analíticos. São discutidos desde os fundamentos da geopolítica e das teorias clássicas das Relações Internacionais até perspectivas críticas que propõem leituras alternativas ao tradicionalismo positivista. Argumenta-se que, embora a relevância analítica do território seja reconhecida, ele não é tratado como fundamento ontológico das análises nessas teorias.

Já no segundo capítulo, analisamos a trajetória do conceito de *território* desde sua formulação na geografia clássica, até suas reelaborações críticas na geografia contemporânea, especificamente na obra de Milton Santos. A partir da noção de *território usado*, discute-se sua leitura do mundo contemporâneo e das contradições da globalização. Dessa forma, busca-se evidenciar o potencial desse conceito para ampliar a análise dos fenômenos do sistema internacional no campo das Relações Internacionais, ao que seguem nossas considerações finais.

1 TERRITÓRIO, GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONSIDERAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

A vida não é um produto da técnica, mas da política, ação que dá sentido à materialidade.
(Milton Santos)

No campo de estudos das Relações Internacionais, o território é um elemento recorrente. Nas diferentes contribuições teóricas que analisam e investigam os eixos estruturantes do sistema internacional, são comuns temas como soberania, identidade nacional, conflitos e segurança – todos eles relacionados de forma direta com os Estados e os espaços nacionais.

Os mais reconhecidos autores que teorizam na área oferecem perspectivas distintas sobre a definição e protagonismo do território, mas o consideram, em geral, como *espaço de exercício de poder estatal*. O que nos interessa ressaltar é que tais interpretações, em sua grande maioria, adotam como parâmetro uma mesma noção de território, que trata o espaço como *um dado natural*, cuja naturalização ocorre por meio de sentidos compartilhados no cotidiano. Na obra *Da totalidade ao lugar*, Milton Santos (2008 [1996]) argumenta que essa visão tem herança justamente no marco do Estado-nação, que instaurou sobre o território uma concepção jurídico-política inaugurada pela Modernidade, com conceitos supostamente “puros” derivados da racionalização e da conquista do mundo. Mesmo com o avanço do modo de produção capitalista que atinge seu grau de globalização mais agudo, essas concepções ainda norteiam múltiplas análises sobre o território e, por conseguinte, sobre as dinâmicas estruturais que o permeiam, apesar das desigualdades catastróficas que assolam as sociedades na maior parte do mundo

Neste capítulo, analisam-se algumas das contribuições teóricas que exerceram maior influência na conformação do campo das Relações Internacionais, com o objetivo de explorar de que forma o território é retratado nessas abordagens, de modo a evidenciar suas limitações. Na seção 1.1, é apresentado um panorama geral do surgimento da geopolítica enquanto área do conhecimento, a qual marcou a interpretação dos fenômenos internacionais a partir da premissa do determinismo territorial, com destaque para os seus principais expoentes. A seção 1.2 dedica-se à análise de algumas das teorias clássicas mais influentes que fundamentaram o campo das Relações Internacionais, em especial nas correntes realista e liberal. Por fim, na seção 1.3, abordam-se algumas das teorias críticas mais influentes, especificamente as perspectivas construtivista e marxista, que integram o campo das Relações Internacionais, ressaltando seu distanciamento em relação ao tradicionalismo positivista e a proposição de

novas formas de interpretação do território. Assim, busca-se demonstrar que, embora o território adquira relevância enquanto instrumento da formação econômica e social, ele continua a não constituir ponto de partida ontológico no âmbito dessas reflexões teóricas.

1.1 A geopolítica e o determinismo territorial

Com o desenho dos Estados modernos e a eclosão de Grandes Guerras no mundo contemporâneo, discussões em torno das transformações estratégias políticas, em especial no continente europeu, trouxeram à tona as implicações da disputa de poder sobre o território. Essa relação entre poder e território é objeto de um pensamento político ascendente na virada do século XIX para o século XX, que ganhou notoriedade após a Primeira Guerra Mundial com o termo “geopolítica” (Amusquivar, 2018).

A Geopolítica tradicional surge da necessidade de uma Ciência Política que tivesse como base a visão centrada no Estado, voltada para os aspectos da política internacional. Essa Geopolítica é conceitualmente inaugurada pelo sociólogo sueco Rudolf Kjellén em um contexto de conflitos em escalas locais e mundial, marcados por estratégias estatais das grandes potências baseadas nas definições espaciais. Cabe destacar que, neste cenário, em função da sua aplicabilidade nas estratégias políticas pautadas na lógica de poder territorial, a “geopolítica” não se limitou a um conceito acadêmico, tendo despertado também a atenção de muitos estadistas que a tomaram como *instrumento político-estratégico*.

Procurando lapidar uma nova área de conhecimento na Geografia, Kjellén apresenta o termo *geopolítica* na revista sueca *Ymer*, em um artigo que discutia as fronteiras da Suécia, intitulado *Studier öfver Sveriges politiska Gränser*¹ (1899). Nas palavras do autor,

a descrição que foi deixada vai fazer com que procuremos na direção de um *background* histórico e de direito populacional dar uma descrição de conjunto de nossas três principais fronteiras, para que de agora em diante se possa apreciá-las de um ponto de vista antropogeográfico ou, como eu preferiria dizer – do *ponto de vista geopolítico*. (Kjellén, 1899, citado por Amusquivar; Passos 2018, tradução livre, destaque nosso)

Em obras posteriores, a partir das análises que o suéco apresentava sobre o Estado – com a premissa de compreendê-lo enquanto um organismo vivo, geográfico, um fenômeno do espaço – o conceito de geopolítica ganha destaque por uma inquietação acadêmica e política de dimensão nacional, mas que logo tornou-se uma preocupação no plano internacional em função do contexto histórico (Amusquivar; Passos 2018). Neste sentido, nota-se uma grande

¹ *Estudos sobre os limites políticos da Suécia*, em tradução livre.

influência em Kjellén do campo da geografia, com destaque para o alemão Friedrich Ratzel, que, em certo sentido seguindo a linha de Kjellén, cunhou a ideia do *Lebensraum*, ou *espaço vital*, segundo a qual o espaço territorial é o garantidor da sobrevivência e desenvolvimento de um Estado. Nas palavras de Ratzel,

as propriedades internas da Terra interagem com as influências dos astros para manter as condições telúricas da vida em ondulações ininterruptas. A grandeza do espaço da vida [*Lebensraum*], a posição [*Lage*] e a extensão [*Ausdehnung*] das regiões climáticas, das terras e dos mares mudam constantemente e, com eles, as altitudes e profundidades da Terra. Em outras palavras: a mutabilidade do substrato da vida [*Lebensgrundlage*] recria constantemente as condições exteriores da vida [*Lebensbedingungen*]. Quando as mudanças da superfície terrestre [*Erdoberfläche*] são amplamente disseminadas e se repetem frequentemente no solo, nas águas e no clima de maneira suficientemente forte para intervir na esfera da vida [*Lebenssphäre*], elas devem exercer um grande efeito sobre o desencadeamento, bem como, ao mesmo tempo, sobre o direcionamento da mutabilidade do mundo animado (Ratzel, 1987, p. 109).

De forma inovadora, ao definir os Estados pelas suas características determinísticas, como organismos que possuem suas necessidades de sobrevivência condicionadas à expansão do seu território, Kjellén aproxima ainda mais o conceito de geopolítica (originário da geografia) do campo da Ciência Política, uma vez que o poder de um Estado só é definido em comparação ao poder de outro Estado (Holdar, 1992 *apud* Amusquivar; Passos, 2018). Essa organicidade, inspirada na teoria evolucionista do naturalista Charles Darwin², implica na conclusão de que as políticas expansionistas dos Estados não podem ser explicadas pelo *desejo* de seu povo e/ou de seus governantes, mas pela própria necessidade de sobrevivência perante os outros, numa espécie de determinismo territorial com o reconhecimento da importância da dimensão internacional (Amusquivar, 2018).

A repercussão do conceito na Europa, para além das fronteiras suecas, se deu num contexto de aumento expressivo da política imperialista após a Primeira Guerra Mundial, desdobrando uma preocupação com a política internacional das grandes potências baseada na posição territorial em que ocupavam. Por intermédio do general Karl Ernst Haushofer, que, inclusive, foi aluno de Kjellén, o conceito de geopolítica foi adotado como diretriz política pela Alemanha nazista. O general Haushofer foi fundador e editor da *Zeitschrift für Geopolitik* em 1924, revista de geopolítica que inaugurou a produção teórica da assim chamada Escola de Munique, sendo o aparelho de discussão dos temas do Estado pela perspectiva da relação entre poder e território. Sua visão estratégica, voltada para as formas de

² O livro “*A origem das espécies*” do inglês Charles Darwin, publicado em 1859, apresentou uma nova perspectiva na história natural: a teoria da evolução por seleção natural. Darwin propõe que as espécies mudam ao longo do tempo, “descendem com modificações” a partir de um ancestral comum, ou seja, há um processo imperceptível de acúmulo de modificação de características transmitidas de geração em geração, impulsionadas pela luta pela sobrevivência e adaptação ao ambiente.

ação do Estado para alcançar seus interesses vitais, com ênfase na importância das fronteiras, é advinda da experiência no exército associada aos fundamentos teóricos cunhados por Ratzel e Kjellén (Amusquivar, 2018).

Mas a geopolítica de Ratzel e Kjellén não é a única inspiração da doutrina de Haushofer, fortemente fundamentada na teoria do *Heartland*, proposta pelo geógrafo inglês Halford John Mackinder (1904), “cuja ideia constitui o núcleo central da proposta de edificação de um bloco eurasiático sob direção da Alemanha nazista” (Mello, 1997, p. 38 *apud* Amusquivar, 2018). Em contraposição ao pensamento estratégico predominante nos círculos políticos, que concedia ao poder marítimo a máxima força do poder estatal, Mackinder formulou uma teoria original que tinha como primazia a crença de que com a invenção das ferrovias, o poder terrestre superaria o poder marítimo estrategicamente, com evidentes alterações na maneira como se concebia a distribuição territorial do planeta e os próprios contornos do Sistema Internacional. Em artigo intitulado *The Geographical Pivot of History*³, publicado em 1904, Mackinder defendia que a Grã-Bretanha deveria agir estrategicamente para a manutenção da sua hegemonia, utilizando do seu conhecimento geográfico e do seu poder marítimo para conter qualquer rival terrestre. Dessa forma, propôs uma nova forma de enxergar o mundo, reunindo Europa, Ásia e África em um único bloco continental, o *World Island*. À procura de entender como um Estado poderia controlar a *World Island*, Mackinder verificou na Eurásia, grande parte correspondente ao Império Russo, o “coração”, o *Heartland*, a Área Pivô do grande bloco continental. De acordo Mackinder,

os espaços dentro do Império Russo e da Mongólia são tão vastos, e suas potencialidades em população, trigo, algodão, combustíveis e metais tão incalculavelmente grandes, que é inevitável que ali se desenvolva um vasto mundo econômico, mais ou menos à parte, inacessível ao comércio oceânico. [...] Não é a região-pivô da política mundial essa imensa área da Eurásia que é inacessível aos navios, mas que na Antiguidade esteve aberta aos nômades cavaleiros e que hoje está prestes a ser coberta por uma rede de ferrovias? Houve e há ali as condições para uma mobilidade de poder militar e econômico de grande alcance, embora de caráter limitado. (Mackinder, 1996, p. 206, tradução livre)

Nesse contexto, o controle do *Heartland* seria decisivo, pois quem o dominasse teria o potencial de controlar a *World Island* e influenciar a política mundial. Absorvendo essa linha de pensamento, Haushofer centralizou seu pensamento geoestratégico na Eurásia, a fim de oferecer à Alemanha o protagonismo da conquista do poder pela coalizão com a União Soviética (Amusquivar, 2018). Embora não seja factualmente comprovada a relação explícita entre Haushofer e Hitler, o conceito de geopolítica será tangencialmente utilizado pelo líder

³ “O Pivô Geográfico da História”, tradução nossa.

do Reich nas discussões sobre o desenvolvimento do Partido Nacional Socialista, uma vez que adota o conceito de *lebensraum* para analisar o Estado (Amusquivar, 2018).

O conceito de geopolítica e, atrelado a ele, a própria maneira como ele conforma uma visão específica sobre a relação entre poder político e os territórios ao longo do Sistema Internacional se espalharam para além da Europa. Em um quadro de “confrontação global”, o estadunidense Nicholas John Spykman, *assumindo o mesmo ideal de território como elemento de poder do Estado*, oferece uma estratégia geopolítica alternativa à teoria do domínio do *heartland*, proposta pelos autores apresentados. Para Spykman, o elemento estratégico crucial seria o domínio das zonas periféricas que circundam a Eurásia – que o autor denominou *rimlands*⁴ (Mello, 1997, p. 47 *apud* Amusquivar, 2018). O debate direto apresentado por Spykman às ideias de Haushofer, demonstrava a posição estadunidense em *oposição* às estratégias da Alemanha nazista, uma vez que no contexto de Segunda Guerra Mundial, em que essa teoria foi desenvolvida, o *heartland* estava sob domínio de um aliado norte-americano e o *rimland* estava sendo assediado pelas potências do eixo. Por meio de seus conceitos, o autor desenvolveu uma nova perspectiva sobre o controle do mundo e delineou uma proposta estratégica para o pós-guerra dos Estados Unidos, prospectando ameaças e oportunidades a serem enfrentadas da seguinte forma: “Quem controlar o *rimland* domina a Eurásia; quem dominar a Eurásia controla os destinos do mundo”⁵ (Spykman, 1944, p. 43, tradução livre).

Na América Latina, sobretudo no Brasil e na Argentina, a tradição da Escola de Munique também teve grande impacto na construção intelectual que formulou a doutrina política (interna e externa) dos regimes militares que governaram esses países no contexto internacional da Guerra Fria, contando com importantes teóricos que adaptaram os conceitos da geopolítica clássica para tal cenário. O general Golbery do Couto e Silva foi o principal teórico responsável pela reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) para o caso brasileiro, ocupando cargo central na posterior ditadura sustentada ideologicamente por suas teses de caráter expansionista para com os seus vizinhos. A operação pretendida por Silva, especialmente na obra *Geopolítica do Brasil*, publicada em 1958, é, de fato, construir uma geopolítica *brasileira* para auxiliar os Estados Unidos e o Ocidente na defesa contra o “imperialismo comunista”, ou seja, incorporá-la ao ideário da Guerra Fria adotado pela DSN estadunidense, ou seja, praticando uma evidente contradição entre o nacionalismo geopolítico

⁴ Esse termo não tem tradução para a língua portuguesa, mas pode ser entendido como “borda” ou “franja”.

⁵ No original: “Who controls the rimland rules Eurasia; Who rules Eurasia controls the destinies of the world” (Spykman, 1944, p. 43).

e o alinhamento ao “Ocidente” - fixação de Silva - e aos Estados Unidos. Observa-se uma contradição clara entre o clássico nacionalismo geopolítico e a fixação de Silva pelo Ocidente. Na nova ordem global posta após o fim da Segunda Guerra Mundial, a estratégia política militar na estrutura bipolar, marcada pelo anticomunismo consiste em formar blocos militares com países aliados para garantir influência sobre os mercados tradicionais e os novos que se abriram após os processos de descolonização (Fernandes, 2009). Neste sentido, a geopolítica brasileira de Golbery defende o Brasil como um país destinado a ser uma grande potência, em função de sua condição e posição geográfica em relação à América Latina, servindo como ponto focal estratégico para uma revolução ideológica comprometida com os Estados Unidos em seu quadro de alianças no continente. Em suas palavras,

[...] o Brasil, pelo prestígio de que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e, além disso, pela sua inigualável posição geopolítica ao largo do Atlântico Sul, ocupa posição de importância singular quanto à satisfação de todas essas imperiosas necessidades de defesa do Ocidente (SILVA, 1981, p. 246).

Cumprе anotar, portanto, que a estratégia nacional em questão afastava-se parcialmente das premissas clássicas da geopolítica ancoradas em nacionalismos propriamente ditos. No entanto, para o autor, essa contradição era resolvida pela formulação de um nacionalismo, em suas palavras, amadurecido, realista e crítico, compatível com a civilização ocidental (Silva, 1981). Admitia-se que o Estado soberano pudesse impor a si mesmo auto limitações ao exercício da soberania em nome da própria sobrevivência (Silva, 1981). Assim, a possibilidade de uso do território brasileiro não seria cedido a custo *baixo*, afinal, a soberania poderia ser objeto de barganha legítima, como a obtenção da posição de aliado preferencial dos Estados Unidos.

O que gostaríamos de pontuar é que todas essas tradições geopolíticas, sejam oriundas de países centrais em busca de hegemonia ou adaptações de países periféricos, são marcadas pelas sociedades de caráter fascista na qual foram formuladas. Mas isso não significa que não foram concebidas noções críticas de geopolítica, que inclusive, tiveram grande alcance internacional entre as décadas de 1960 e 1970.

A tradição francesa de geografia, por exemplo, possuía uma característica própria de pensamento geopolítico – como veremos no próximo capítulo –, alinhados à política externa francesa, apesar da retórica pacifista. No período entre guerras, na alegada tentativa de promover a paz global e o equilíbrio internacional, os geógrafos franceses diziam buscar a construção de uma “geopolítica da paz” (Claval, 2000, p. 239 *apud* Amusquivar, 2018). Assim, a conhecida Escola Possibilista francesa, legado de Paul Vidal de la Blache,

posicionou-se contrária ao determinismo geográfico, do *meio* sobre o *homem*, elaborado pela escola alemã, defendendo a influência *mútua* entre homem e meio (Amusquivar, 2018). Ainda na França, mas com uma concepção própria, ganhou destaque também o pensamento de Yves Lacoste, fundador e principal animador da revista francesa *Hérodote*. Diferentemente de La Blache, Lacoste assume que a geografia não é neutra, pois serve, antes de mais nada, para fazer a guerra (Lacoste, 1988 [1976]). Tendo esse ponto de partida e declaradamente motivado por inquietações pessoais, Lacoste produziu sobre temas como subdesenvolvimento e descolonização, empreendendo uma análise geográfica do Terceiro Mundo a partir de uma perspectiva não dualista, ou seja, não apenas em comparação com o “outro” desenvolvido (Verdi, 2017). Para Lacoste,

a construção de um conceito de ‘subdesenvolvimento’ em escala planetária repousa na hipótese de que, não obstante essa extrema diversidade de situações geográficas, é possível encontrar características comuns suficientemente importantes para desenhar, em um certo grau de abstração, os traços de uma situação global ou de um conjunto global de situações. (Lacoste, 1959, p. 11 *apud* Verdi, 2017)

Foi a partir da publicação do livro *La géographie ça sert, d’abord, à faire la guerre*⁶ (1976) que o geógrafo inaugurou uma reflexão epistemológica da ciência geográfica que elaborou uma nova concepção de geografia e de geopolítica, que fundou uma Escola Francesa de Geopolítica (Verdi, 2017). Para Lacoste,

era necessário, acima de tudo, construir uma nova concepção da geopolítica e a diferenciar da Geografia. Certamente, não era possível opor-se à moda midiática da geopolítica que permanece ainda hoje um fenômeno essencialmente francês, sem grandes relações com uma crescente influência dos geógrafos. A geopolítica, como eu a defini, analisa e explica as rivalidades de poder sobre os territórios geográficos, quer sejam estes grandes ou pequenos, considerando com especial interesse os argumentos que colocam corretamente ou não os protagonistas, cada qual utilizando-se de representações, de direitos históricos mais ou menos antigos, para justificar as suas ações. [...] Em essência, a Geografia tal qual eu a compreendo é atualmente de grande utilidade para a análise de todos os conflitos geopolíticos, a substância de todas as rivalidades de poder sobre os territórios. (Lacoste, 2012, p. 46 *apud* Verdi, 2017)

Dessa forma, Lacoste propõe uma renovação da geopolítica e seu resgate como um campo legítimo de estudo, ao criticar a geopolítica fascista e ao mesmo tempo romper com a tradição possibilista, que tendia a minimizar os conflitos de poder e a dimensão estratégica do território, o francês desenvolve uma abordagem crítica voltada à análise crítica do espaço geográfico, do imperialismo e das nações.

Como pudemos perceber nesta seção, a geopolítica não é um campo homogêneo, apresentando importantes divergências quanto ao seu uso político, as quais se diferenciam

⁶ *A geografia serve, antes de tudo, para fazer a guerra*, tradução livre.

tanto por autores quanto por questões de temporalidade e interesses distintos de Estados nacionais. Apesar dessas diferenças, a relação entre os territórios e os poderes estatais em rivalidade internacional, expressa um elemento em comum que atravessa as diversas abordagens: a dimensão estratégica do poder atribuída ao território. Contudo, nota-se que essa concepção não se restringe ao campo da geopolítica, encontrando desdobramentos teóricos e reformulações no campo das Relações Internacionais. Nesse sentido, é preciso avançar para uma análise das Relações Internacionais, de modo a compreender como as diferentes formulações teóricas incorporam, relativizam ou ressignificam o território na explicação das dinâmicas do sistema internacional.

1.2 A presença do território nas teorias “clássicas” das Relações Internacionais

Influenciado pelas correntes filosóficas de pensamento maquiavélica e hobbesiana, o realismo clássico supõe um ambiente anárquico de poder no âmbito das relações internacionais, no qual o conflito e a paz estão em uma linha bastante tênue pelas dinâmicas de disputa de poder, almejado em última instância pelos Estados. Maquiavel inaugurou uma nova racionalidade que marcou a Idade Moderna. Seu pensamento político é advindo da observação da natureza e das características da ação política, analisando a realidade e a história em aspectos concretos a fim de encontrar leis que poderiam servir de guia para a prática. Para ele, a criação, o desenvolvimento e a manutenção do Estado, são a finalidade da política que, por sua vez, é compreendida como uma esfera autônoma da ação humana, a qual obedece a lei da utilidade (Negri, 2003). Do mesmo prisma, ao refletir sobre os problemas que aparecem com a formação dos Estados Modernos e os desdobramentos do Tratado de Paz da Vestfália⁷ Thomas Hobbes desenvolve uma teoria da natureza humana no seu principal escrito, o *Leviatã*, no qual elabora que o homem não é um animal essencialmente político e sociável, mas egoísta por natureza e, por isso, busca a *priori* e sem nenhum filtro moral, alcançar tudo aquilo que for necessário para sua sobrevivência (Negri, 2003).

Assim como Maquiavel e Hobbes, Hans Morgenthau (2003 [1948⁸]), um dos principais representantes do assim chamado realismo clássico, procura compreender a realidade concreta dos impasses observados na política dos Estados. Afinal, do seu ponto de

⁷O Congresso da Paz de Vestfália foi o primeiro grande congresso de paz na história do continente europeu. Os tratados assinados no dia 24 de Outubro de 1648 em Münster e Osnabrück, puseram fim às lutas acirradas da Guerra dos Trinta Anos, que haviam abalado quase toda a Europa. A ideia de resolver, de forma multilateral, problemas políticos, religiosos e territoriais, que ultrapassaram os mecanismos tradicionais, na maioria, bilaterais, foi inovadora e entrou no instrumentário da diplomacia moderna até os dias de hoje (Mainka, 2021).

⁸ Data da primeira publicação, que sofreu diversas modificações do autor ao longo das sucessivas edições.

vista, os indivíduos vêem o poder como instrumento para atingir fins considerados legítimos. Contudo, tanto eles quanto seus objetivos acabam sendo corrompidos pela busca desse poder. Para Morgenthau, uma política externa orientada por ideologias entra em conflito com a prática diplomática, mas, ao mesmo tempo, uma política que não está fundamentada no interesse nacional é ausente de propósito. Dessa forma, o autor sustenta que o mundo é imperfeito e tal imperfeição decorre da própria natureza humana.

No cenário internacional, a luta por poder pode assumir três formas (Morgenthau, 1985 *apud* Negri, 2003). Na “política de *status quo*”, uma nação pode comprometer-se em preservar o poder que já possui, admitindo apenas mudanças que não ameacem a sua posição. Também pode buscar ampliar seu poder, com o objetivo de alcançar hegemonia em nível global, regional ou local, configurando a “política de imperialismo”. Há ainda a possibilidade da nação limitar-se a afirmar o seu poder, aderindo a uma “política de prestígio”. Nesse sentido, Morgenthau (2003) sustenta que quando uma finalidade específica é reconhecida como interesse coletivo – num contexto de Estado nacional, entende-se pela defesa e conservação do território, a transição do estado de natureza para o Estado civil e a conquista e manutenção de uma posição hegemônica ou relevante no sistema internacional –, pode-se considerar legítimo o emprego de meios moralmente controversos para o alcance desse objetivo superior, justificando a adesão à guerra.

Observa-se, assim, o enunciado do território substancialmente como um elemento de *poder*. Portanto, ele não é, para Morgenthau, apenas um espaço geográfico, mas constitui um *recurso estratégico* e um componente essencial do poder estatal, determinando sua capacidade de defesa, a projeção de influência e a preservação da soberania. Em seus termos,

o mais estável dos fatores de que depende o poder de uma nação é obviamente a geografia. Por exemplo: o fato de que o território continental dos Estados Unidos esteja separado dos outros continentes por uma massa de água de 3 mil milhas de extensão a leste e de mais de 6 mil milhas a oeste, representa um fator permanente que determina a posição dos Estados Unidos no mundo. [...] A possibilidade de uma guerra nuclear aumentou ainda mais a importância do tamanho do território como fonte de poder nacional. Para assegurar credibilidade à sua capacidade de defesa de uma ameaça nuclear, um país precisa dispor de território suficientemente amplo para poder nele dispersar não só os seus centros industriais e populacionais, como também as suas instalações nucleares. (Morgenthau, 2003, p. 215 e 218)

Na assim chamada escola francesa, Raymond Aron (2002 [1962]) – curiosamente se afiliando a Max Weber e von Clausewitz –, concentrado em investigar algum tipo de determinismo na eclosão da guerra ou na manutenção da paz, enumera, assim como Morgenthau, uma lista de recursos materiais que se traduzem em maior ou menor grau de poder para um Estado. No entanto, o francês parece demonstrar uma concepção mais

complexa dos fenômenos geográficos. Ao seu modo, Aron observa a dinâmica do campo e engloba, em alguma medida, o espaço e suas implicações nas relações internacionais. Isso pode ser observado em seu entendimento de que

a distribuição geográfica das alianças exerce uma influência sobre o rumo da diplomacia. Os recursos, os objetivos e os sonhos das unidades políticas refletem o território que ocupam [...]. Mas apesar de tudo, o aspecto essencial de um sistema é a configuração da sua relação de forças; o espaço só tem significado diplomático em função das localizações dos “grandes” e dos “pequenos” Estados, dos países estáveis e instáveis, dos pontos nevralgicos e das zonas pacificadas. (Aron, 2002, p. 157)

Diante disso, Aron (2002 [1962]) concebe que o *meio* geográfico concreto, objeto de estudo da Geografia, é simultaneamente natural e histórico. Mas quando considerado como *teatro*, o espaço geográfico pode ser projetado como a “moldura esquemática da política internacional” (Aron, 2002 [1962], p. 254). Assim, Aron postula a perspectiva geopolítica na medida em que considera que o território assume propósito expositivo no entendimento das estratégias dos Estados na competição por poder.

O viés filosófico da natureza humana fundamenta diversas doutrinas das Relações Internacionais que partiram das premissas do Realismo Clássico para interpretar a conjuntura internacional. A exemplo, Kenneth Waltz (2012 [2002]), dentro de seu objetivo de explicar o comportamento dos Estados com base nos constrangimentos estruturais, institui o assim chamado Realismo Estrutural com a elaboração de sua teoria sistêmica, especificamente na obra “*O Homem, o Estado e a guerra*”, publicada em 1959. É neste trabalho que Waltz pretende analisar as causas da guerra entre atores estatais a partir da sua recorrência e lógica, não como eventos isolados ou motivados por fatores históricos ou individuais. Em seus termos,

onde se encontrariam as principais causas da guerra? As respostas são espantosas em sua variedade e em sua qualidade contraditórias. A fim de tornar manejável essa variedade, podemos organizar as respostas sob as seguintes rubricas: no homem, na estrutura dos Estados separados, no Sistema de Estados. (Waltz, 2004 [1959], p. 17)

Para tanto, a princípio, Waltz define a estrutura do sistema internacional a partir da distribuição das capacidades entre as unidades, os Estados, sendo essa distribuição o fator que condiciona e orienta a busca de seus interesses. A organização dessa descrição das relações internacionais é enumerada por Waltz (2012 [2002]) em três níveis indispensáveis para uma teoria das Relações Internacionais: a agência do indivíduo, os Estados enquanto unidades isoladas e o sistema internacional. Para ele, a estabilidade do sistema internacional depende do equilíbrio entre as partes principais, cujo controle político está nas *capacidades estratégicas, entre elas, o território*. Dessa forma, aponta para aspectos estruturais da

organização do Estado, refletindo a noção de hierarquia no âmbito interno em contrapartida à anarquia do sistema internacional. Portanto, a consideração de grandes potências no cenário global é feita mediante a identificação do seu poder, que, por sua vez, é medido pela consonância de poderio e capacidades. Para Waltz,

uma teoria sistêmica requer que em parte definamos as estruturas pela distribuição das capacidades entre unidades. Os estados, porque estão num sistema de auto-ajuda, têm de usar suas capacidades combinadas, de forma a servir os seus interesses. As capacidades econômicas, militares e outras das nações não podem ser organizadas por setores e pesadas separadamente. Os estados não estão colocados no topo do *ranking* porque se distinguem de uma forma ou de outra. A sua posição depende de como pontuam em *todos* os seguintes itens: tamanho da população e do território, dotação de recursos, capacidade econômica, força militar, estabilidade política e competência. (Waltz, 2012 [2002], p. 181 e 182 [grifo do autor])

No estruturalismo conforme apresentado por Waltz, o fator território não expressa, portanto, centralidade na análise dos fenômenos das Relações Internacionais. O autor o entende como um elemento necessário para a existência e a soberania do Estado, mas não o determinante que explicaria o comportamento dos atores internacionais, como se fossem condicionados pelo expansionismo territorial determinístico. O que realmente os condiciona é a anarquia da estrutura do sistema internacional e a distribuição de capacidades, não a mera posse de território.

Em acordo com o debate do realismo neoclássico, Robert Gilpin aprofunda a análise da relação entre *hegemonia, poder e ordem internacional*. Gilpin toma como ponto de partida a teoria original da Estabilidade Hegemônica, formulada por Charles Kindleberger (1973), em “*The World Depression, 1929-1939*”, que aponta como causa da instabilidade do sistema capitalista no período entre-guerras, a ausência de uma potência hegemônica capaz e disposta a exercer liderança. Desse modo, Kindleberger sustenta que a economia internacional não é autorregulável, segundo as leis do mercado, e a hegemonia de um país não corresponde apenas à sua superioridade material (incluído aqui o território), mas também à sua capacidade de assumir responsabilidades sistêmicas. Na obra “*The Political Economy of International Relations*”, publicada em 1987, Gilpin combina a noção de hegemonia com a lógica do equilíbrio de poder, partindo da premissa de que poder econômico-financeiro e poder estratégico-militar são indissociáveis. Para o autor, a ordem internacional reflete a distribuição de poder entre os Estados e está inclinado à estabilidade desde que essa distribuição seja amplamente aceita como legítima.

Na perspectiva liberal, o intelectual pacifista Norman Angell (2002 [1909]), em seu livro *A Grande Ilusão* argumenta *contra* a necessidade de expansão do território para o desenvolvimento de uma nação. Segundo ele, a geração de riqueza depende da produtividade

e a prosperidade econômica está condicionada à confiança pública na estabilidade institucional e na segurança dos contratos no meio complexo do sistema comercial. De acordo com ele, as guerras seriam custosas e incertas e, portanto, irracionais.

Já a teoria do assim chamado Neoliberal Institucionalismo (ou Neoliberalismo Institucional), por sua vez, também associa o *poder* à posse e controle de recursos, destacando o território como elemento central dessa relação. No entanto, autores adeptos dessa tradição, como Nye Jr. e Keohane, que desenvolveram a Teoria da Interdependência Complexa, apresentam uma alegada complexificação da perspectiva realista sobre poder e do uso da força como instrumentos para garantir segurança. Em seus termos,

o poder pode ser concebido como a capacidade de um ator levar outros a fazer algo que, de outra forma, não fariam (e a um custo aceitável para o outro ator). O poder também pode ser entendido em termos de controle sobre os resultados. (Keohane; Nye, 2012, p. 10 em tradução livre⁹)

Os argumentos dos autores dialogam com a Teoria da Estabilidade Hegemônica, apresentada nos trabalhos de Robert Gilpin (1987). Por outro lado, Nye Jr e Keohane consideram o contexto de “revolução nas informações”, que passaria a caracterizar economias de interdependência transnacional e, por sua vez, a *globalização* – sobre a qual comentaremos no próximo capítulo. Com isso, apesar da suma importância dos recursos para a definição do poder dos Estados, em algumas partes do mundo eles admitem que o poder está se tornando menos transferível, menos coercitivo (Nye Jr., 2009), de certo modo menos dependente dos territórios. Os autores argumentam que a globalização possibilita a disseminação de redes mundiais de interdependência sem implicar a universalidade, ou preponderância de um *hegemon* (Nye Jr., 2009). Para os autores,

a revolução da informação não igualou o poder entre os estados. Até o momento ela teve efeito oposto, e os realistas podem sentir-se justificados. No entanto, e quanto a reduzir o papel dos governos e o poder de todos os estados? Nesse sentido as mudanças seguiram mais o que previram os liberais e os construtivistas. A interdependência complexa certamente é muito maior na dimensão de múltiplos canais de contato entre as sociedades. [...] A política tornou-se uma disputa de credibilidade competitiva. As narrativas tornam-se mais importantes. O mundo da política de poder tradicional tipicamente trata de que força militar ou economia de quem é a vencedora. Os governos competem entre si e com outras organizações para aumentar sua própria credibilidade e enfraquecer a de seus oponentes. (Nye, 2009, p. 298)

Observa-se que por parte dos neoliberais, há uma grande relativização do território no aspecto do controle territorial, uma vez que ele é interpretado de forma ampla como parte das

⁹ No original: “Power can be thought of as the ability of an actor to get the others to do something they otherwise would not do (and at an acceptable cost to the other actor). Power can also be conceived in terms of control over outcomes.” (Keohane; Nye, 2012, p. 10).

redes globais de interação, nas quais fluxos econômicos, financeiros, informacionais e políticos atravessam fronteiras estatais e reduzem a centralidade exclusiva do espaço físico como base do poder. Nesse contexto, o território passa a ser compreendido como elemento estratégico inserido em cadeias *transnacionais* de produção, comunicação e governança, o que limita o exercício de controle autônomo dos Estados sobre as dinâmicas que nele se desenvolvem. Mas, ainda que com nuances relativas às questões transnacionais, para os neoliberais, o território ainda não é compreendido senão como um *espaço de recursos* sobre os quais incorrem as dinâmicas de cooperação e conflito.

1.3 Compreensões das teorias “críticas” sobre o território

Nos últimos anos da Guerra Fria, alguns autores passaram a demonstrar insatisfação com o estado das teorias em debate no campo das Relações Internacionais. A predominância das discussões entre neorrealistas e neoliberais despertou preocupação quanto à baixa produtividade teórica do campo, vista como um sinal de esgotamento, em grande medida decorrente dos consensos ontológicos e epistemológicos compartilhados por essas correntes, fundamentados em pressupostos racionalistas, explicativos e positivistas (Barros, 2017). Com o fim do sistema bipolar, esse quadro tornou-se ainda mais evidente, à medida que essas teorias apresentaram limitações em explicar ou prever as transformações no cenário internacional.

Nesse contexto, abordagens até então marginalizadas na área, que questionavam a relação da disciplina com a modernidade e com as formas tradicionais de produzir conhecimento, passaram a ganhar espaço. Ao criticar a ideia de neutralidade e objetividade total do conhecimento, essas perspectivas contribuíram para a construção de uma nova agenda de pesquisa, voltada à reflexão crítica sobre os pressupostos implícitos na disciplina (Barros, 2017).

No panorama em questão, emerge a discussão de *identidade*. Em meio à permeabilidade de pessoas, culturas, imagens e ideias, algumas vertentes da corrente autodenominada construtivista irão pensar o impacto desses fatores, que constroem narrativas na política internacional e reproduzem a identidade do Estado. A tradição pós-estruturalista das Relações Internacionais, tendo como grande influência o australiano David Campbell, não concebe uma distinção entre a teoria e a prática, ao contrário, compreende a “teoria como prática” (Campbell, 2013, p. 225 *apud* Barros, 2017). Na contramão da tendência *mainstream*, essa abordagem questiona a naturalidade e universalidade ao reconhecer que a realidade

internacional não é simplesmente dada, mas construída histórica e socialmente, enfatizando o papel das ideias, das normas, das identidades e da linguagem na constituição das práticas e dos interesses dos atores internacionais (Campbell, 2013 *apud* Barros, 2017).

A partir da ideia de que as identidades são construídas por meio de relações de oposições, Campbell argumenta que tanto a teoria quanto a prática da política internacional moderna contribuem para associar território e identidade, assim como o Estado e a nação (Campbell, 1998). De maneira crítica, Campbell (1998) relaciona ao território as questões de poder e identidade, o interpretando como instrumento *discursivo* que forma o sistema internacional por meio da produção de fronteiras. Nessa perspectiva, o Estado é uma construção que adquire sentido e forma identidades nacionais pela produção de espaços morais baseados em dicotomias como o “Eu” e o “Outro”. Para Campbell,

a identidade [...] não é fixada pela natureza, dada por Deus ou planejada por um comportamento intencional. Em vez disso, a identidade é constituída em relação à diferença. Mas a diferença também não é [...] planejada por um comportamento intencional. A diferença é constituída em relação à identidade. (Campbell, 1998, p. 9, tradução livre¹⁰)

A problematização de Campbell (1998) inverte a ideia de que a nação é “anterior” ao Estado, ao argumentar que é o próprio Estado que instrumentaliza o nacionalismo e usa o território como ferramenta simbólica para legitimar sua existência.

Para além da dimensão simbólica e discursiva destacada por Campbell, outras abordagens críticas ampliam essa análise ao incorporar condições materiais que sustentam tais construções. As perspectivas marxistas deslocam o debate para a centralidade das relações de produção e da economia política internacional ao problematizar a questão do capital e sua relação estruturante no sistema internacional e nas relações sociais como um todo. Por sua vez, eles oferecem ferramentas de compreensão do território não como um dado natural, mas como um meio histórico e socialmente constituído para a reprodução do sistema capitalista.

Encarar o território como uma unidade funcional da acumulação capitalista global faz parte da abordagem de Immanuel Wallerstein em sua análise do sistema-mundo. Ao analisar a formação das condições iniciais do sistema mundial, a partir da transição do feudalismo para o capitalismo, Wallerstein elabora o conceito de sistema-mundo: “Um sistema mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados e regras de legitimação e coerência” (Wallerstein, 1974, p. 337). Para ele, a divisão do trabalho na economia-mundo capitalista é submetida a uma lógica *supranacional* que estabelece a

¹⁰ No original: “Identity [...] is not fixed by nature, given by God, or planned by intentional behavior. Rather, identity is constituted in relation to difference. But neither is difference [...] planned by intentional behavior. Difference is constituted in relation to identity” (Campbell, 1998, p. 9)

hierarquia da relação centro-periferia. Apesar do sistema não ser isolado e não se conter dentro de um Estado, as regras de legitimação desse sistema são fornecidas pelos próprios Estados. Desse modo, na tentativa de deslocar a análise das dinâmicas sociais para além dos limites impostos pelas fronteiras territoriais que delimitam a sociedade nacional, Wallerstein (1984) amplia a classificação das zonas geográficas da produção mundial, expondo a atuação da soberania dos Estados nacionais que instrumentalizam o território, juntamente a mecanismos políticos, diplomáticos e militares em busca de concentração de atividades centrais de produção que propiciem a perpetuação do capitalismo. Para ele,

o capitalismo foi capaz de florescer precisamente porque a economia-mundo continha dentro dos seus limites não um mas múltiplos sistemas político baseia-se na constante absorção das perdas econômicas pelas entidades políticas, enquanto os ganhos econômicos se distribuem entre as mãos ‘privadas’” (Wallerstein, 1974, p. 338).

Sua abordagem sistêmica e estruturalista apresenta um sistema impulsionado pela globalização que comporta uma divisão funcional e geográfica do trabalho, em função da organização social do trabalho e, portanto, a má distribuição do capital acumulado fornece uma tendência para automanutenção do sistema-mundo moderno formado por um centro, com predomínio de capital acumulado e alta capacidade de força de trabalho, e por regiões periféricas, caracterizado por baixa poupança, baixos investimentos, baixa qualificação da força de trabalho e Estados dependentes (Martins, 2015).

Em sua obra, David Harvey, geógrafo de extrema influência na perspectiva marxista, ao avançar na discussão do problema da globalização, compreende que a criação de novos mercados financeiros coordenados mundialmente *produzem o espaço*, em geral, para permitir a acumulação capitalista (Harvey, 2011). De antemão, o autor considera que o território e o lugar sempre foram usados pelas instituições para organizar populações e relações de poder. Portanto, as divisões regionais do trabalho e da produção resultam da interação entre forças econômicas e políticas, e não de vantagens naturais (Harvey, 2011 [1935]). Esses processos geram diferentes arranjos institucionais e territoriais, nos quais o *Estado atua como espaço geográfico* e como garantidor dessas estruturas. Para Harvey,

a construção de espaços, bem como a criação de uma moradia segura chamada casa e lar tem um impacto tanto na terra quanto na acumulação do capital, e a produção de tais lugares se torna um grande veículo para a produção e absorção de excedentes. [...] As populações excedentes não estão mais ancoradas em um lugar, assim como não está o capital. Elas fluem para todos os lugares em busca de oportunidades ou emprego, apesar das barreiras à migração por vezes colocadas pelos Estados-nação. (Harvey, 2011 [1935], p. 122)

Para o geógrafo, embora o capitalismo influencie profundamente as relações de pertencimento que os indivíduos estabelecem com os lugares que habitam, elas também são moldadas por fatores históricos, culturais e institucionais próprios. Dessa forma, os arranjos administrativos e institucionais que se estruturam em um território são, ao menos em termos teóricos, passíveis de serem transformados pela vontade soberana do povo mobilizada pelo aparelho estatal (Harvey, 2011 [1935]). Assim, Harvey concebe o território, não como um dado neutro ou natural, mas como um *instrumento de organização social e de poder produzido e continuamente reorganizado para criar condições favoráveis para um Estado alcançar sucesso*, medido pelo grau em que capta fluxos de capital (Harvey, 2011 [1935]). Assim, para ele,

o comando sobre o espaço é uma forma fundamental de poder social. Pode ser coercitivo ou expansivo, mas seu efeito é sempre a redistribuição de riqueza e o redirecionamento dos fluxos do capital para o benefício da potência hegemônica ou imperialista à custa de todos os outros. [...] É nesse mundo que o lado sombrio do pensamento geopolítico pode florescer com facilidade e efeitos potencialmente letais. (Harvey, 2011 [1935], p. 168 e 170)

Sob essa perspectiva, a geografia histórica do capitalismo evidencia que sua expansão está intrinsecamente ligada a implicações imperialistas, uma vez que a lógica de poder é conduzida por imperativos territoriais e interesses políticos e, por sua vez, a lógica capitalista decorre do acúmulo de poder pelo dinheiro (Harvey, 2011). A necessidade constante de expansão, reorganização espacial e controle de territórios revela como o capitalismo produz e reproduz desigualdades espaciais, ao mesmo tempo em que reforça relações de dominação política e econômica em escala global. Desse modo, ao questionar se “há, então, princípios geográficos aos quais talvez possamos recorrer para entender todos esse caos aparente e seu impacto na reprodução do capitalismo”, Harvey acredita na possibilidade de uma teoria do espaço, compreendendo o marxismo como o único método capaz de unificar diferentes disciplinas, de modo que elas possam abordar em conjunto temas como a urbanização, o desenvolvimento econômico e o meio ambiente articulados com as dinâmicas do cenário internacional (Harvey, 2011, p. 128).

É importante observar que, apesar do avanço em relação ao entendimento tradicional do território nas Relações Internacionais, a centralidade do território nessas análises é relativa, uma vez que deriva da lógica do capital. O território não constitui o ponto de partida ontológico da reflexão teórica, mas adquire relevância à medida que é concebido como uma dimensão *estratégica* da dinâmica da acumulação capitalista. Dessa forma, a dimensão

geográfica permanece tratada de modo instrumental, sem ser plenamente considerada em sua complexidade e profundidade.

Para aprofundar a discussão sobre o conceito de território, de modo a compreender sua gênese e o processo pelo qual passou a assumir interpretações cada vez mais complexas, que o deslocaram para o centro das análises sociais, torna-se necessário retomar as primeiras concepções a ele atribuídas, bem como acompanhar sua evolução ao longo de diferentes gerações de intérpretes. Esse percurso teórico permite alcançar a formulação desenvolvida por Milton Santos, apresentada neste trabalho como referência para o objeto de análise, na medida em que oferece subsídios para compreender de que forma tais elaborações conceituais podem contribuir para a análise dos fenômenos das Relações Internacionais. É o que faremos no próximo capítulo.

2 TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA “CLÁSSICA” E A TOTALIDADE DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL SEGUNDO MILTON SANTOS

A crítica deve ser ideológica e temos que assumir isso.

É o papel do intelectual.

O intelectual existe para criar o desconforto.

(Milton Santos)

Na etimologia da palavra, território vem do latim *territorium* (*terra* + *torium*), que significa pedaço de terra apropriado (Gottmann, 1973). Cabe destacar o caráter político do conceito, perceptível já em sua origem etimológica, que apresenta uma ambiguidade: de um lado, *territorium* remete à ideia de apropriação da terra; de outro, associa-se a *territor* ou *terrere*, vinculados ao ato de intimidar ou impor medo, revelando a dimensão de poder inerente ao território (Haesbaert; Araujo, 2007). Este vocabulário é fundamental para compreender o significado da palavra território, pois demonstra o forte vínculo com a terra, entendida como uma porção do espaço na qual se estabelecem relações tanto de natureza material quanto simbólica.

É a partir dessas reflexões que este capítulo avança para a análise das formulações conceituais atribuídas ao território, com o objetivo de identificar, na obra de Milton Santos, uma definição dialética capaz de preencher as lacunas teórico-analíticas presentes nas teorias predominantes no campo das Relações Internacionais no que se refere ao tema do território. Nesse sentido, a seção 1.1 retoma a gênese do conceito na geografia “clássica”, desde a consolidação do campo até as interpretações que se afirmaram no início do século XX, as quais influenciaram as formulações geopolíticas e fundamentaram a geografia tradicional. Apesar das repetições em relação ao abordado no capítulo anterior, esse resgate e seu aprofundamento são fundamentais para compreendermos como o conceito de território foi posteriormente reinterpretado e criticado pela geografia contemporânea, em especial por Milton Santos.

Na seção 1.2, a partir de um recorte específico – necessário diante da vasta obra do autor e de sua constante revisão teórica –, detalha-se a construção do conceito de território em Milton Santos, com ênfase na definição da categoria por ele denominada *território usado*. Por fim, a seção 1.3 aborda sua leitura crítica do mundo contemporâneo, fundamentada nessa categoria de análise social, aplicada a temas relacionados à globalização e às suas contradições. A proposta deste capítulo não se limita, portanto, a apresentar o desenvolvimento de uma categoria de análise, mas busca também demonstrar as contribuições que o conceito de território, tal como formulado por Milton Santos, pode oferecer à análise

dos fenômenos do sistema internacional, ampliando as possibilidades interpretativas no âmbito das Relações Internacionais.

2.1 A abordagem do conceito de território na Geografia “Clássica”

A consolidação da Geografia como campo do conhecimento está profundamente associada às contribuições do filósofo Immanuel Kant, cujas notas dos seus cursos sobre a *Géographie Physique* (Geografia Física), posteriormente organizadas por Theodor Rink em 1802, desempenharam papel relevante na fundamentação epistemológica da disciplina (Vasconcelos, 2024). Para Kant, enquanto a História constitui uma narrativa orientada pela sucessão temporal dos acontecimentos, a Geografia se define como uma forma de conhecimento voltada à descrição dos fenômenos segundo o *espaço*, atribuindo à Geografia um estatuto científico próprio, distinto, mas complementar ao da História (Kant, 1802, p. 69 *apud* Vasconcelos, 2024). Ao estabelecer o espaço como princípio organizador da análise geográfica, o filósofo confere centralidade a essa categoria, antecipando elementos fundamentais da geografia tradicional e influenciando decisivamente as formulações posteriores que compreenderam o território como suporte *material* e referencial da organização do mundo natural e humano.

O ramo da Geografia que busca compreender a organização da natureza e sua dinâmica no espaço, a chamada Geografia Física, é voltada à descrição e explicação dos elementos naturais da superfície terrestre, como relevo, clima, hidrografia, vegetação e demais processos da natureza. Alexander von Humboldt, reconhecido como o “pai da Geografia Física”, conferiu centralidade ao conceito de natureza em produções como *Quadro da Natureza*, publicado em 1808 (Vasconcelos, 2024). Mas é em *Cosmos*, sua principal obra, publicada entre 1845 e 1847 (traduzida para o francês em 1866), que, para além do eixo da natureza, aparecem novos conceitos de vasta importância até os dias de hoje na disciplina, como a influência da *paisagem* no estudo da natureza, a ocupação de *território* por diferentes populações e o período de grandes descobertas dos *espaços terrestres* (Humboldt, 1866 *apud* Vasconcelos, 2024).

Nesse contexto, o primeiro grande autor da Geografia que aprofundou a discussão sobre o território, já no final do século XIX, foi o já citado Friedrich Ratzel. Em suas principais obras, *Antropogeographie*¹¹ (1882) e *La Géographie politique*¹² (1897), o geógrafo

¹¹ *Antropogeografia*, tradução nossa.

¹² *Geografia Política*, tradução nossa.

alemão destacou, em geral, o estudo do homem sob influência do meio natural, a relevância do território e sua relação com a sociedade, o Estado e o poder. Ratzel (1897) construiu uma concepção de Estado profundamente vinculada ao território, definido por ele como uma “organização política do *solo*”, sendo este a “única base da unidade do Estado” (Ratzel, 1987 [1897], p. 61 e 65, grifo nosso). Essa formulação decorre de sua trajetória intelectual marcada por intensas viagens pela Europa e pela América, nas quais observou os movimentos migratórios de animais e de populações humanas, bem como sua concentração em determinadas áreas da superfície terrestre (Silva *et al*, 2015). A partir dessas observações, Ratzel concluiu que o meio natural exerce influência decisiva sobre a ação humana, em função das condições naturais da superfície terrestre, definindo como objeto geográfico o estudo de tal influência.

Nesse sentido, ao conceber a sociedade como um *organismo* que mantém relações profundas e necessárias com o solo para garantir sua sobrevivência, Ratzel (1987 [1897]) afirma que a constituição do Estado se realiza quando essa sociedade se organiza politicamente para defender o espaço que ocupa – o seu território. O território, portanto, aparece como condição fundamental de trabalho, existência e reprodução social, de modo que sua perda implicaria a decadência de uma sociedade, enquanto para seu progresso seria necessária a ampliação territorial com a incorporação de novas áreas (Silva *et al*, 2015). É a partir dessas premissas que Ratzel elabora o conceito de espaço vital (*Lebensraum*) – mencionado no capítulo anterior – que inspirou doutrinas da Geopolítica e foi amplamente apropriado por militares e dirigentes do Estado alemão nazista.

Na França o incentivo ao estudo da Geografia se deu, principalmente, após a derrota na guerra franco-prussiana (1870-1871) e a perda dos territórios da Alsácia e Lorena para a Prússia. Tal cenário despertou na classe dominante francesa a necessidade de pensar o espaço, na intenção de fazer uma geografia que deslegitimasse a tradição alemã e fornecesse fundamentos para o expansionismo francês (Moraes, 1998). Nesse contexto, apesar de sua retórica aparentemente pacifista mencionada anteriormente, Paul Vidal de La Blache, o “pai” da chamada “Escola Possibilista”, desenvolve seu pensamento geográfico em compromisso com o Estado francês, mirando suas críticas às formulações de Ratzel, representando um debate entre potências europeias rivais (Fabrício; Vitte, 2011).

A principal formulação teórica lablachiana propôs um novo método à geografia, inserindo uma perspectiva histórica a funcional para encarar as relações homem-meio. Trata-se do *funcionalismo*, ou possibilismo, consolidado na obra *Principes de géographie*

*humaine*¹³(1922), como uma forma de compreender essa relação com uma abordagem recíproca e harmônica, ou seja, a partir da função que os elementos naturais e humanos desempenham na organização do espaço geográfico, sem recorrer a explicações deterministas (Fabrício; Vitte, 2011).

Portanto, o funcionalismo lablachiano procura explicar *como* e *por que* certos usos do território tendem a se estabilizar, colocando o conceito de *região* no centro da análise geográfica. Essa perspectiva se fundamenta na distinção entre regiões e na definição de critérios específicos, sobretudo baseados em fatores naturais (Fabrício; Vitte, 2011). Dessa forma, consolida-se a chamada Geografia Regional Francesa, sustentada pela crença na integração entre fatores físicos e humanos na organização do espaço como essência da geografia. Desse modo, compreende-se que além de ser condicionado pelo meio em que vive, o ser humano também se afirma como um *agente geográfico*, capaz de *modificar* a paisagem a partir das possibilidades oferecidas por cada ambiente. Diferentemente da perspectiva determinista, na qual o homem era concebido apenas como mais um elemento da natureza, em Vidal de La Blache ele assume uma posição ativa, pois, ao adaptar-se ao meio natural, passa também a transformá-lo em função de suas próprias necessidades e interesses.

A contribuição de Vidal de La Blache marcou profundamente a Geografia Tradicional francesa, ao privilegiar a estabilidade dos usos do território e a adaptação progressiva das sociedades ao meio. No entanto, com as transformações econômicas, técnicas e políticas do século XX, essa interpretação passou a ser tensionada. É nesse contexto que se insere a contribuição de Jean Gottmann, que, embora herde elementos da tradição francesa, desloca o foco analítico da *região*, relativamente estável, para o *território*, entendido *como espaço dinâmico, estruturado pela relação entre circulação, poder e organização política*. Em 1973, Gottmann publicou o livro *The Significance of Territory*¹⁴, o qual dedicou inteiramente para discutir o conceito de território.

Assim, Gottman conceitua inicialmente o território como “a porção do espaço fechado por linhas de fronteira, [...] uma porção do espaço definido por um sistema de leis e uma Unidade de governo”¹⁵ (Gottmann, 1973, p. 9). A partir dessa definição, o autor formula a noção de *Estado territorial*, cujas funções básicas dizem respeito, por um lado, à garantia da *segurança* no âmbito do sistema interestatal e, por outro, à criação de oportunidades de inserção no *mercado* mundial. Nessa perspectiva, o território assume papel central na filosofia

¹³ *Princípios da geografia humana*, tradução nossa.

¹⁴ *O Significado do Território*, tradução livre.

¹⁵No original: “[...] it is the portion of space closed by boundary lines [...] a portion of space defined by a system of laws and a Unity of government” (Gottmann, 1973, p. 9)

da organização econômica, não apenas em razão da ampliação dos recursos disponíveis, mas também em função do desenvolvimento, em larga escala, da rede capitalista de produção, que articula espaços, fluxos e estruturas de poder (Arroyo, 2001). Nas palavras dele,

o território não tem valor econômico em si mesmo; ele gera a riqueza de várias e diferentes maneiras em consequência dos usos que dele fazem os seus habitantes. [...] Todavia, pessoas e territórios não são separáveis na produção de bens e serviços: a produção há de ocorrer em algum lugar, e o local ou a área é um dos fatores condicionantes do processo econômico. O território onde o processo se desenvolve deve estar sob um regime político, dentro de um dado sistema de leis e num determinado lugar com respeito aos meios de transporte e aos mercados. O território, sendo habitat das pessoas, é o receptáculo de suas atividades econômicas.” (Gottmann, 1973, p. 57)

Dessa forma, Gottmann entende o território como um *espaço dinâmico*, não se reduzindo a uma porção fixa da superfície terrestre, mas correspondente a um espaço apropriado, organizado e protegido por uma autoridade, na qual se expressam relações de poder. O autor reflete sobre a importância da circulação na organização do espaço, tanto sob a perspectiva econômica quanto política, ao destacar o papel dos deslocamentos de pessoas, mercadorias, capitais, técnicas, armas e ideias, na criação de um mundo progressivamente acessível aos homens (Arroyo, 2018). Esses fluxos contribuem para a formação de uma *unidade espacial articulada por uma complexa rede de relações tecidas pela sociedade no espaço*. Ao mesmo tempo, esse processo não se realiza de forma homogênea, uma vez que os espaços se diferenciam a partir da dinâmica das encruzilhadas, que desempenham funções de centralização ao se converterem em polos de contato e articulação. Nesse sentido, tais pontos tornam-se centrais justamente por concentrar e redistribuir fluxos, distinguindo-se de outros lugares, pois como assinala Gottmann, “as cidades nascem de uma encruzilhada e têm por função serem lugares de contato, de trocas e de transformações (Gottmann, 1952, p. 2016 *apud* Arroyo, 2018)

Ainda que essa leitura enfatize o dinamismo territorial, o território permanece associado, em grande medida, à função de *mediação* entre controle político e mobilidade. É a partir desse deslocamento teórico que Milton Santos aprofunda o conceito de território, ao concebê-lo não apenas como base jurídica ou espaço de circulação, mas como uma *instância social* produzida historicamente pelas relações técnicas, econômicas e políticas. Assim, o território deixa de ser entendido como simples *suporte* da ação estatal ou dos fluxos e passa a ser analisado como *expressão concreta* das desigualdades e contradições do processo de produção do espaço.

2.2 O território usado como categoria de análise social por Milton Santos

Após examinar as diferentes interpretações da evolução do conceito de território na Geografia Clássica, as atribuições que lhe foram dadas na construção e desenvolvimento do pensamento geopolítico no século XX e o papel do território nas distintas interpretações no campo das Relações Internacionais, passa-se agora para a menção das considerações do geógrafo afrobaiano Milton Santos acerca do tema.

A escolha por Milton Santos ultrapassa o reconhecimento de sua importância para a Geografia produzida no Brasil desde a década de 1970, período marcado pela renovação do pensamento geográfico no país. Ela se justifica, sobretudo, pela centralidade que o autor atribui ao conceito de território a partir dos anos 1990. Nesse sentido, ao tratar-se de uma obra constantemente revisitada e renovada, fruto da preocupação de Santos em construir uma teoria social crítica capaz de oferecer uma compreensão aprofundada do mundo contemporâneo, busca-se, em um recorte bibliográfico a partir do fim dos anos 1970, compreender como Milton Santos delinea e sistematiza a reprodução dos processos sociais na realidade, elemento central para entender a posterior formulação do conceito de *território usado*, consolidado em 1996, abandonando concepções tradicionais historicamente atribuídas ao território e ao espaço (Arroyo, 1996)

De antemão, é importante compreender qual sentido o geógrafo inicialmente atribui ao conceito, em contrapartida às elaborações teóricas tradicionais predominantes no campo de estudo geográfico. É na obra *Por uma Geografia nova*, publicada em 1978, que Milton Santos, diante da ampliação e da diversificação do conhecimento, percebe necessário construir um sistema analítico capaz de apreender a *totalidade* dos processos tal como se realizam na realidade, conferindo-lhes *coerência* e *unidade*. Nesse contexto, o autor destaca a dificuldade de formular definições únicas e definitivas para categorias como *espaço* e *território*, uma vez que seus significados são historicamente construídos, mutáveis e abertos a transformações (Saquet; Silva, 2008).

Nessa obra, percebe-se que Santos (1978) atribui uma diferenciação entre os conceitos de território e espaço, uma vez que afirma que é o uso do território pela sociedade que *produz* o espaço, sendo o território anterior a ele, mesmo que se transforme ao longo da história. Portanto, o espaço geográfico se apresenta como uma realidade mais ampla e complexa, denominado como uma instância da sociedade. Nas palavras do autor,

[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (Santos, 1978, p. 145)

Embora o território apareça inicialmente como uma área delimitada, reduzi-lo a essa condição, vinculando-o exclusivamente ao poder estatal, implica desconsiderar a diversidade de usos e de atores envolvidos em sua produção (Saquet; Silva, 2008). Nessa perspectiva, o território pode ser concebido como uma construção dinâmica, produzida por múltiplas relações de poder e marcada por delimitações instáveis e historicamente mutáveis.

A proposta do geógrafo de “analisar o espaço nas suas relações com a sociedade”, encontra-se em seu interesse metodológico na formação das coisas, que, por sua vez, implica os conceitos marxistas de *modo de produção* e *formação social* (Santos, 2007, p. 58). Em artigo dedicado a relacionar esses conceitos marxistas amplamente empregados com a categoria de formação social na obra de Milton Santos, Thiago Adriano Machado (2016) verifica que nosso autor confere a ela um *duplo sentido*. Por um lado, a formação social diz respeito ao *processo*, marcado pela sucessão de modos de produção, que forma a sociedade. Por outro, aparece como *resultado* desse processo, representando uma configuração temporária de certa sociedade. Machado retrata essa duplicidade em termos geográficos do mesmo modo que Milton Santos relaciona *totalidade* e *totalização*, em que o processo de transformação de uma *totalidade* em outra se dá pelo processo de *totalização*. Afinal, a totalidade espacial apresenta-se pelo modo de produção e, dessa forma é indissociável da noção de estrutura, definido como “um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções” (Santos, 1978, p. 122).

Destarte, Santos defende a concepção de *formação socioespacial*, uma vez que toda formação social, localizada em um tempo histórico, não se realiza fora do espaço. Logo, os processos que formam os modos de produção são determinados por uma formação social que os concretizam sobre uma base territorial historicamente transformada, composta por formas espaciais com funções que mudam conforme as necessidades históricas da formação social em que estão inseridas (Santos, 1977). Dessa forma, entende-se que o curso da economia moderna mundializada conta com a atividade elementar do Estado-nação de assegurar as condições de crescimento econômico por meio do engendramento de um modelo de utilização dos recursos naturais, de estruturas de produção, de consumo e de classes, que produz resultados *específicos* ao homem e ao espaço (Santos, 2007 [1982]).

Portanto, no seu limite e em termos de totalidade, o Estado, constituído do seu território – espaço geográfico do Estado – é a *formação socioespacial*. Assim, acrescenta Santos,

Temos, paralelamente, de um lado um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território [...] isto é, a paisagem; de outro lado o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses processos resolvidos em funções, realizam-se através de formas. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial; [...] sem essas formas, a sociedade, através das funções e processos não se realizaria. (Santos, 2014 [1985], p. 12)

A dialética entre a *forma* e o *conteúdo*; e a *inércia* e a *dinâmica* estão presentes de maneira central na teoria de Milton Santos. Na obra *Espaço e método*, Santos (2014 [1985]) evidência nesse processo a representação da *inércia* em tais estruturas e da *dinâmica* da ação das forças transformadoras, ao afirmar que as *formas-conteúdo*

estão sempre mudando de significação na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social [...]. Por isso, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social. (Santos, 2014 [1985], p. 13).

Nessa obra, o território não é abordado de maneira explícita, pois a reflexão do autor privilegia o conceito de espaço, entendido como abstração construída a partir da observação de fatos particulares. Nessa perspectiva, o território aparece como um recorte espacial inserido no espaço e, simultaneamente, como parte de um movimento dialético no qual o espaço e o território estão simultaneamente intrínsecos um no outro (Saquet; Silva, 2008). O território não se configura como uma forma acabada do espaço, mas como o âmbito em que se realizam as práticas sociais enraizadas na herança cultural dos grupos que o ocupam. Essa relação dialética envolve elementos temporais e sistemas espaciais, reforçando a importância da dimensão histórica para a compreensão das configurações espaciais contemporâneas, uma vez que estas são resultado de processos históricos acumulados (Saquet; Silva, 2008).

No entanto, é na década de 1990, já em uma de suas últimas obras, ao incorporar novos componentes em suas formulações teóricas em virtude das transformações sociais e espaciais em escala mundial – sobretudo no que diz respeito à ciência e tecnologia –, que Milton Santos confere ao conceito de território uma maior centralidade em um claro movimento de renovação e ampliação de sua definição.

O que estamos sugerindo, é que a abordagem sobre o território na obra de Milton Santos apresenta uma dificuldade de ordem semântica, já que as suas definições, além de mudarem de sentido e de importância ao longo dos anos, rompem com os pressupostos tradicionais, exigindo uma atenta leitura dos seus fundamentos teóricos. A sua análise revela uma preocupação filosófica influenciada por correntes estruturalistas e existencialistas com expressão em dois pontos da construção teórica do espaço. O primeiro, parte da afirmação de

Sartre (2002 [1960]), de que não existem homens sem projeto, retomada por Santos (2003 [1976]) para exercer sua crítica às produções teóricas que alinham seu foco na descrição estática do objeto e acabam por desconsiderar o homem em sua dimensão transformadora. Dessa forma, ele acredita que essas produções contribuem para perpetuar a estagnação do mundo, ao invés de mobilizar sua transformação.

Ao diagnosticar o problema de análise, Milton toma como influência categorias desenvolvidas por Sartre (2002 [1960]) – a *inércia-dinâmica*, o *prático inerte*, a *totalidade* e a *totalização* – para pensar a natureza do espaço geográfico. A noção de *inércia-dinâmica* pode ser entendida como a manutenção de ações sociais e estruturas que se reproduzem e constroem uma realidade objetiva mesmo sem uma intenção consciente. Essa concepção se aproxima do entendimento de Sartre da *objetivação humana* no mundo material. O filósofo afirma que

é essa relação de interioridade com a exterioridade que constitui, originalmente, a *práxis* como relação do organismo com seu entorno material; e é indubitável que o homem – desde que já não se designa como simples reprodução de sua vida, mas como o conjunto dos produtos que reproduzirão sua vida – revela-se como *Outro* no mundo da objetividade; a matéria totalizada, como objetivação inerte e que se perpetua por inércia, é, com efeito, um *não-homem* e, até mesmo, se quisermos, um *contra-homem*. Cada um passa a vida gravando sobre as coisas sua imagem maléfica que o fascina e o desencaminha se deseja compreender-se *por ela*, ainda que não seja outra coisa além do movimento totalizante que culmina *nessa* objetivação. (Sartre, 2002 [1976], p. 334-335, grifo do autor).

Em suma, para Sartre, o que define o ser humano não é simplesmente a reação biológica, mas sim a relação ativa e dialética com o mundo. Trata-se da relação entre um “interior” – a consciência – que se manifesta no “exterior”, ou seja, no mundo material e objetivo. É essa dialética que constitui a *práxis* humana: a ação intencional do sujeito sobre o mundo. Dessa forma, a característica humana é definida pela produção dos meios materiais exteriores ao homem que sustentam sua existência. No entanto, os produtos da *práxis* adquirem uma existência autônoma e passam a confrontar o próprio sujeito, ao passo que se revelam como uma espécie de alienação.

Portanto, o movimento totalizante, ou *totalização*, é a forma pela qual a inércia dinâmica opera. O movimento do próprio homem de totalizar, ou dar forma e sentido ao mundo, cria realidades objetivas que passam a confrontar o próprio sujeito, limitando sua liberdade e comprometendo sua compreensão de si. Assim, paradoxalmente, uma vez estabelecida, mesmo como reflexo da *práxis* alienada, a *objetivação* continua reproduzindo suas formas e instaurando uma ordem imposta aos sujeitos, os definindo de acordo com essa nova *totalidade*.

Dessa forma, inspirado na filosofia sartreana, em *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (1996), Santos explora as contradições da articulação entre a *forma* – as estruturas espaciais – e o *conteúdo* – a dimensão social, histórica e cultural – na produção de territorialidades e organização do espaço social, atravessadas por conflitos, interesses opostos e relações desiguais de poder. A partir disso, ele consolida a sistematização da discussão da formação espacial ao conceber o espaço social como um conjunto indissociável de sistemas de ações – *conteúdo* – e de sistemas de objetos – *forma* –, os quais não devem ser considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se realiza (Santos, 1996). Nessa perspectiva, a produção de territorialidades resulta da interação dinâmica entre essas formas espaciais e os conteúdos sociais que as atravessam, de modo que não é o espaço que age sobre a sociedade, nem a sociedade que age sobre o espaço, mas uma relação permanente entre ambos, mediada pelas *técnicas* (Santos, 1996).

Nesses fundamentos pode-se encontrar de forma clara a *instância social* empregada ao espaço, princípio básico da sua construção teórica: a natureza do espaço geográfico é um conjunto *indissociável, complementar e contraditório* de sistemas de ações. Nessa perspectiva, amparado na matriz filosófica do materialismo histórico, o geógrafo entende o espaço geográfico enquanto uma *totalidade*, conceito que reúne todos os aspectos e relações que constituem a unicidade da vida social. Assim, confirma a dialética concreta da análise, que leva em conta as estruturas que a formam e a reproduzem, supondo um movimento comum e indissociável da *estrutura*, da *função* e da *forma* (Santos, 2007 [1982]).

Além de Sartre, é preciso ainda apontar outros diálogos que confluem no pensamento de Milton Santos. Embora derivem de tradições distintas, a noção de território, apresentada por Milton Santos (1996), em parte, dialoga com o conceito do geógrafo suíço, Claude Raffestin (1993). Sob influência da Escola Francesa de Geografia, Raffestin (1993) ancora-se no estruturalismo e no materialismo histórico para compreender o território como resultado de um conjunto de ações do homem sobre o espaço, definido e delimitado pelas relações de poder. Tal entendimento, na obra de Santos, ganha a denominação de *território usado*, que se aplica como sinônimo de espaço *humano* ou espaço *habitado*.

Ao anunciar o retorno do território, ou seja, uma renovação ampla do sentido que é teoricamente o atribuído, Santos trata este como uma forma *impura*, um *híbrido*, uma *realidade complexa*, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica, portanto, adota o termo *usado*, fazendo referência ao *uso* do território (Santos, 1996). Assim, o geógrafo critica enfaticamente os conceitos puros do território, consolidadas por figuras como Golbery do Couto e Silva (1967), fundamentadas em uma visão *técnica e estratégica*

que subordina o território à lógica do Estado – como o fazem tanto os autores da geopolítica quanto os teóricos das relações internacionais discutidos no primeiro capítulo. Tais concepções derivam de processos históricos de exploração e conquista do mundo e reproduzem noções modernas que naturalizam o território como instrumento de dominação estatal. Seu argumento de que “não é o território em si mesmo que faz dele o objeto da análise social”, mas sim o seu *uso*, rompe com a imposição de funcionalidade política e econômica ao território colocada pela racionalidade dominante (Santos, 2008 [1996], p. 137).

Percebe-se que a noção de *espaço geográfico* entra como sinônimo de *território usado*, o que demonstra a renúncia de Milton Santos à distinção entre *espaço* e *território*, adotando a mesma abordagem dialética que reconhece a simultaneidade entre suas dimensões material e social. Para o debate substantivo, o que é proposto ao conteúdo do território é o seu emprego como *categoria analítica*, que apresenta em si variáveis explicativas da realidade total, já que na análise social ele só se torna um conceito utilizável quando se é considerado à partir do seu *uso* (Santos *et al*, 2000).

Para Santos, as categorias de análise, organizadas em sistema, devem refletir a própria ontologia do espaço, a partir de suas estruturas internas, o que reforça o *território usado* como síntese das práticas sociais, das técnicas e das relações de poder (Santos, 1996). Ao formular esse conceito, Milton Santos, além de demonstrar seu aprofundamento teórico sobre a Geografia em diálogo com outras ciências e com a filosofia, oferece uma contribuição decisiva à teoria social crítica e reafirma seu compromisso com a renovação da Geografia, com a revisão conceitual e com a compreensão crítica da realidade social.

2.3 Como o conceito de *território usado* de Milton Santos poderia contribuir para um melhor entendimento das Relações Internacionais

A noção de *território usado*, ao deslocar o foco da análise do território enquanto *forma* para o território enquanto *uso* socialmente produzido, permite problematizar as relações de poder que se materializam no espaço, apresentando-se como uma perspectiva particularmente relevante para as Relações Internacionais. Com a difusão do termo *globalização* em meados da década de 1980, muitos intelectuais dedicaram-se ao tema associando-a à difusão de novas tecnologias de comunicação que possibilitaram a aceleração da circulação de informações e fluxos financeiros em escala mundial (Ribeiro, 2002). Paralelamente, difundiu-se a ideia de uma globalização cultural marcada por processos de homogeneização nos quais identidades diversas se sobrepõem aos indivíduos, bem como a

noção de um “cidadão global” definido sobretudo por sua inserção no universo do consumo, concepção que se distancia significativamente da ideia substantiva de cidadania (Ribeiro, 2002).

O debate em torno da globalização, neste sentido, tende a privilegiar suas dimensões mais aparentes e os supostos benefícios associados à intensificação dos fluxos globais, negligenciando os processos de fragmentação, desigualdade e exclusão que ela produz. A partir da análise do fenômeno pelas categorias de tempo e espaço, inserido nas reflexões sobre o sistema-mundo e a pós-modernidade, bem como o diálogo com os conceitos de Estado-nação, mercado mundial e lugar, a obra de Milton Santos contribui para precisar o fenômeno da globalização (Ribeiro, 2002). Sobretudo, ao recolocar o território no centro de sua análise, como resultado histórico e contraditório da interação entre *sistemas de objetos* e *sistemas de ações*, a leitura crítica do autor desloca o foco exclusivo do Estado e das dinâmicas interestatais para as múltiplas formas pelas quais o poder global de territorializa.

A partir da abordagem dialética do mundo concreto, a noção de Estado Territorial, influenciada pela visão determinista e estadocentrada do espaço geográfico, dá lugar à noção pós-moderna de *transnacionalização do território*, reforçando a relevância da ciência, da tecnologia e da informação que aprofundam novos recortes da realidade total (Santos, 2008). É importante mencionar que Milton Santos chama a atenção para a não generalização do que expressa a transnacionalização em escala global, pois

[...] assim como antes tudo não era, digamos assim, ‘território estatizado’, hoje tudo não é estritamente ‘transnacionalizado’. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor ao mundo, uma revanche. (Santos, 2008 [1996], p. 138).

No livro, *Da totalidade ao lugar*, o geógrafo afirma que esses recortes são encontrados no território, para além das categorias regionais. A nova construção do espaço e, por conseguinte, novo funcionamento do território se dão por meio de *horizontalidades* – lugares vizinhos – e *verticalidades* – pontos distantes ligados por formas e processos sociais. Nesse sentido, Milton Santos (2008 [1996]) argumenta que no atual período histórico, o *técnico-científico-informacional*, a evolução da técnica, da ciência e da informação garante uma simultaneidade de funcionalizações diferentes. Elas podem ser de caráter *homólogo*, *complementar* ou *hierárquico*. O primeiro refere-se à áreas conectadas que são utilizadas para a mesma função, como os grandes pólos urbanos; o segundo a áreas do espaço com funções distintas mas que são interdependentes, a exemplo do campo e da cidade; o terceiro, faz alusão às periferias produtivas que mantêm relação de subordinação aos centros globais que concentram poder decisório e tecnológico (Santos, 2008 [1996]).

Essa diversidade funcional simultânea resulta na aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens. Isso se dá pela dialética do território, que se afirma “mediante um controle local da parcela técnica da produção e um controle remoto da parcela política da produção” (Santos, 2008 [1996], p. 141). Tal forma de regionalizar, que parte da noção de racionalidade, matematiza o espaço e também o torna propício a uma matematização da vida social de acordo com os interesses hegemônicos baseados na lógica da competitividade.

Em relação à questão da competitividade, Milton Santos (1993) menciona uma subversão da preocupação teleológica no debate sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento em seu espectro moral ao afirmar que a competitividade toma como ideia e discurso o lugar que ocupava o Progresso e o Desenvolvimento. “Antes, porém, o debate era filosófico, teleológico. [...] Mas a busca da competitividade, tal como apresentada por seus defensores [...], parece bastar-se a si mesma,” (Santos, 1993, p. 6). Ou seja, não há um apelo ético e moral, acompanhado de dispositivos de violência, vinculado ao seu discurso para justificar ou implantar a ideia da competitividade como pensamento único para instrumentalizar a globalização em todos os seus níveis.

A tal lógica da competitividade é condicionada por uma fluidez imposta pela aceleração contemporânea que, por sua vez, produz temporalidades hegemônicas (Santos, 1993). Ou seja, para Milton Santos, o estágio supremo da internacionalização, constituído pela globalização, é fruto de um tempo universal, despótico, que serve de instrumento para a amplificação dos lugares e indivíduos em sistema-mundo (Santos, 1993). Afinal, o espaço, em sua materialidade não é mundial, pelo contrário, é o *lugar* e o cotidiano que se globalizam através do conjunto de ações que se dão sobre o espaço geográfico. Portanto, para Milton Santos,

Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. [...] O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares. [...] Mas o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o ‘Mundo’ necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o ‘Mundo’ escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo. É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar *espaço*, o Mundo depende das virtualidades do Lugar. (Santos, 1996, p. 271, grifo o autor).

Nesse sentido, a reflexão de Santos sobre a globalização fundamenta-se na consideração do espaço geográfico em seus termos, portanto, a partir da compreensão da tensão entre o “Mundo e o território” pela *formação socioespacial* (Santos, 1996). Assim, espaço geográfico é concebido como uma funcionalização da própria globalização, sendo

produzido conforme as exigências de quem o idealiza, de modo a viabilizar a fluidez de seus interesses e necessidades. Nesse processo, o Estado torna-se internacionalizado, não apenas por suas funções “externas”, mas também por suas atribuições “internas”, sobretudo na garantia das condições para a expansão do crescimento econômico em escala mundial (Santos, 2008 [1996]).

Inserido em uma economia globalizada, o Estado contribui para a consolidação de um modelo específico de uso dos recursos naturais, de organização da produção e do consumo e de estruturação das classes sociais, cujos efeitos sobre o homem e sobre o espaço são característicos desse período histórico (Santos, 2008 [1996]). Assim, o espaço converte-se em mercadoria universal por excelência, enquanto o Estado atua como veículo da reprodução do capital e como instrumento da desigualdade social. Analisar essa realidade a partir da categoria de *território usado* permite apreender a sociedade em sua totalidade e em suas frações, sempre considerando um momento específico de sua evolução histórica. Para tanto, é fundamental insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, tomando o *território usado* como elemento central da análise.

Uma vez que o território transnacionalizado se reafirma pelo lugar, as suas virtualidades em sua multiplicidade infinita, tais virtualidades são caracterizadas, nesse tempo, pelas implicações da globalização econômica – fenômeno que transforma o território em veículo do capital e instrumento para produção de desigualdades sociais, concentrando riquezas e precarizando a vida em todas as suas instâncias. Diante desse cenário, a consideração da dimensão geográfica para analisar essa realidade a fim de superá-la é imprescindível, pois é por meio do estudo dos lugares que se revela a possibilidade de captar seus elementos centrais para compreender a sua interação com as ações hierárquicas. O que procuramos argumentar neste trabalho, é que essa perspectiva contribui para expandir o campo analítico das Relações Internacionais ao assumir o território como *categoria central de análise*, não como um dado estático ou simbólico. Por conseguinte, estabelecer o território como uma instância concreta da *produção socioespacial*, rompe com as concepções tradicionais e expõe os limites das teorias críticas, sem negligenciar as dimensões *materiais*, *espaciais* e *estruturais* das desigualdades que perpetuam no sistema internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de território, em sua gênese no processo de consolidação da Geografia enquanto campo científico, estabelece uma vinculação direta com os fatores naturais, sendo concebido como suporte material e referencial da organização do mundo natural e humano. Com o advento da Modernidade e a afirmação histórica do Estado-nação, as teorias de viés estadocêntrico passam a associar o território de forma quase indissociável ao Estado, compreendendo-o como o espaço físico necessário à sua constituição e exercício de soberania, portanto, à sua sobrevivência. Essa concepção “pura” e determinista da relação entre sociedade, Estado e território deu origem a um campo específico de entrelaçamento entre a Geografia e as ciências políticas – a Geopolítica –, estruturado a partir da necessidade de uma leitura estratégica da política internacional em um contexto marcado pelas grandes guerras mundiais.

Nesse processo, a Geopolítica emerge como um saber que extrapola o âmbito acadêmico, convertendo-se em *instrumento político-estratégico* mobilizado por estadistas para legitimar projetos expansionistas, imperialistas e de dominação territorial ao longo do século XX. O território, assim, passa a ser tratado prioritariamente como recurso estratégico e elemento de poder estatal, sustentado por um aparato teórico, ideológico e metodológico que naturaliza relações de força e hierarquias no sistema internacional.

No campo das Relações Internacionais, a Geopolítica não apenas compõe um dos seus domínios de estudo, como também estrutura a compreensão clássica das relações entre territórios e Estados em disputa. Tal perspectiva se articula diretamente às formulações das escolas tradicionais do pensamento internacionalista, em especial à escola realista. Na tentativa de explicar a realidade concreta dos impasses políticos entre Estados e a dinâmica do sistema internacional, o território é reduzido, em grande medida, a uma variável *estratégica*, concebido como *capacidade, recurso ou base material do poder*. Ainda que haja divergências teóricas entre correntes como o realismo e o liberalismo, essa compreensão *instrumental* do território permanece intacta, apenas sendo reorganizada conforme os pressupostos específicos de cada abordagem, refletindo o predomínio de análises positivistas e racionalistas.

Mesmo as abordagens consideradas críticas no campo das Relações Internacionais não avançam de forma consistente na atribuição do território como objeto *ontológico* de suas análises. Ainda que rompam parcialmente com a visão do território como *dado natural* e passem a reconhecê-lo para além de sua dimensão estritamente estratégica, não o assumem como fundamento constitutivo da realidade social.

A exemplo, no contexto pós Guerra Fria, marcado por transformações profundas na ordem internacional, abordagens construtivistas passam a relacionar o território às questões identitárias, compreendendo-o como instrumento simbólico utilizado pelo Estado para legitimar sua existência e autoridade. No entanto, são as abordagens marxistas que deslocam o debate sobre o território para o campo das relações de produção e da economia política internacional, oferecendo ferramentas analíticas para compreendê-lo como meio historicamente construído para a reprodução do capitalismo. Nessas formulações, o território adquire uma centralidade relativa ao ser concebido como *dimensão estratégica da acumulação capitalista*. Contudo, ao não ser tomado como ponto de partida *ontológico*, permanece sendo tratado de forma *instrumental*, subordinado às dinâmicas econômicas e estruturais do sistema.

É diante das limitações das teorias, em seu caso particular, geográficas – incapazes de apreender a complexidade crescente dos fenômenos sociais, econômicos e políticos, especialmente no contexto da globalização e, portanto, da intensificação das técnicas, da ciência e da informação – que Milton Santos recoloca o território no centro de sua análise. Para o autor, o território é resultado histórico e contraditório da interação entre *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* em relação dialética entre *forma* e *conteúdo*. Dessa forma, sua leitura crítica desloca o foco exclusivo do Estado e das dinâmicas interestatais, evidenciando as múltiplas formas pelas quais o poder global se territorializa.

A perspectiva do geógrafo baiano pressupõe a compreensão da realidade em sua *totalidade*, como condição para apreender as particularidades, as relações de causa e efeito e os processos que conformam a *formação socioespacial*. Nesse sentido, Milton Santos trabalha de forma dialética os conceitos de *espaço geográfico* e *território*, tratando-os como sinônimos na medida em que o território só adquire sentido analítico quando considerado a partir de seu *uso*. Assim, ao formular a categoria de *território usado*, o autor busca apreender a sociedade em sua *totalidade* e em suas *frações*, sempre situada em um *momento histórico específico*.

Diante da complexidade das relações que estruturam o sistema internacional contemporâneo, a produção teórica de Milton Santos revela um elevado grau de maturidade crítica. Quando deslocada para o campo das Relações Internacionais, sua obra expõe de forma contundente os limites das teorias hegemônicas da área na compreensão da realidade social. Assim, repensar o território nas Relações Internacionais a partir da obra de Milton Santos constitui um esforço teórico fundamental para enfrentar um cenário marcado por desigualdades profundas e persistentes, buscando recursos analíticos capazes de apreender a

realidade em sua totalidade, sem negligenciar as dimensões *materiais*, *espaciais* e *estruturais* que sustentam e reproduzem as desigualdades no sistema internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMUSQUIVAR, Érika L. **Antonio Gramsci e a Geopolítica: Teoria e História**. Orientadores: Alvaro Gabriel Bianchi Mendez, Rodrigo Fernandes Duarte dos Passos. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/994544>> Acesso em: 11 out. 2025.
- ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. 1ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002 [1909].
- ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002 [1962].
- ARROYO, Maria M.. A circulação da mercadoria da redefinição dos usos do território. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 20, nº 1, p. 133-143, mai. 2018. Disponível em: <<https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/389/335>> Acesso em: 24 jan. 2026.
- _____. **Território Nacional e Mercado Externo: Uma leitura do Brasil na virada do século XX**. Orientador: Milton Santos. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20042022-165056/publico/2001_MariaMonicaArroyo.pdf> Acesso em: 24 jan. 2026.
- BARROS, Marinana Andrade. O estado pós-positivista: uma análise a partir das perspectivas construtivista e pós-estruturalista das Relações Internacionais **Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 5–24, 2017. DOI: 10.5752/P.2317-773X.2017v5n1p5. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2017v5n1p5>> Acesso em: 18 jan. 2026.
- CAMPBELL, D. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- COUTO E SILVA, Golbery. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- FABRÍCIO, Deyse C. B.; VITTE, Antonio C.. Paul Vidal de La Blache e a Geografia Francesa: do contexto histórico às monografias urbanas. **Cordis. História, Arte e Cidades**, São Paulo, nº 6, p 301-332, jan./jun. 2011. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/issue/view/730>> Acesso em: 24 jan. 2026.
- FERNANDES, Ananda S.. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 2, nº 4, p. 831-856, jul. 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5026767>> Acesso em: 28 jan. 2026.
- GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: The University of Virginia Press, 1973.

HAESBAERT, Rogério; ARAUJO, F. G. B. (Orgs.). **Identidades e Territórios: Questões e Olhares Contemporâneos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011 [1935].

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. 4. ed. New York: Pearson, 2012.

KINDLEBERGER, Charles. **The world in depression, 1929-1939**. Berkeley: University of California Press, 1973.

LACOSTE, Yves. **A geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus Editora, 1988 [1976].

MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil?. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 18, nº 38, p. 71-98, jan. 2016. Disponível em <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13774/8974>> Acesso em: 05 out. 2025.

MACKINDER, H. J. **Democratic Ideals and reality: a Study in the Politics of Reconstruction (and others essays)**. Washington, D.C.: National Defense University Press, 1996.

MARTINS, José Ricardo. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?. **Iberoamérica Social: Revista-red de estudios sociales**, Espanha, v. 3, nº 5, p. 95-108, dez. 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6582409>> Acesso em: 18 jan. 2026.

MORAES, Antonio Carlos R. **Geografia: pequena história crítica**. 16. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MORAIS DA SILVA, Ana Karolina *et al.* O debate teórico acerca da estabilidade do Sistema Internacional e suas contribuições. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 57-74, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/52043/28333>> Acesso em: 20 out. 2025.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003 [1948].

NEGRI, Stefania R.. Ética e moral no realismo político. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 2, nº 3, p. 81-105, jun. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/fronteira/article/view/5031/5124>> Acesso em: 28 jan. 2026.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial**. Prefácio de Henrique Altemani de Oliveira; tradução de Henrique Amat Rego Monteiro. 1. ed. São Paulo: Gente, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. **La Géographie politique**. Les concepts fondamentaux. Paris: Fayard, 1987.

RIBEIRO, W. C. "Globalização e geografia em Milton Santos". In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, v. 6, nº. 124, set. 2002.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. **Boletín Geográfico**. Buenos Aires, nº 19, p. 1-10, 1993. Disponível em:
<<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/390839>> Acesso em: 05 out. 2025.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo : Hucitec, 1996.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008 [1996].

_____. **Economia Espacial**. São Paulo: EDUSP, 2003 [1976].

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 2014 [1985].

_____. *et al.* **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2007 [1982].

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 54, p. 81-100, 1977. Disponível em:
<<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1092>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional**. São Paulo : Hucitec, 1994

SAQUET, Marcos A.; SILVA, Sueli S.. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 18, p. 24-42, jul./dez. 2008. Disponível em:
<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/issue/view/151>> Acesso em: 25 jan. 2026

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002 [1960].

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: O poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, Jose Adailton Barroso; RODRIGUES, Auro Jesus; BARROSO, Rita de Cássia Amorim; VIEIRA, José Daniel; FONTANA, Raphael Luiz Macêdo. Uma análise sobre o território à luz da geografia. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 87–98, 2015. Disponível em:
<<https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/1949>> Acesso em: 28 jan. 2026.

SPYKMAN, Nicholas John. **The geography of the peace**. United States: Archon Books, 1944.

VASCONCELOS, Pedro de A.. O conceito de território da Geografia. **GeoTextos**, Salvador, v. 20, nº 1, p. 231-257, jul. 2024. Disponível em:
<<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/issue/view/2771>> Acesso em: 24 jan. 2026.

VERDI, Elisa F.. Yves Lacoste, a geografia do subdesenvolvimento e a reconstrução da geopolítica. **Terra Brasilis** [Online], v. 9, 29 dez. 2017. Disponível em <<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/2286>> Acesso em: 28 jan. 2026.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial II: el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea, 1600-1750**. México: Siglo Veintiuno, 1984. v. 2.

_____. **El moderno sistema mundial IV: El liberalismo centrista triunfante, 1789-1914**. Tradução de Josefa Seco de Herrera Barreto. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2016.

_____. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

_____. **Impensar las Ciencias Sociales: Límites de los paradigmas decimonónicos**. Tradução de Germán Montalvo. 4. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2004 [1991].

WALTZ, Kenneth N. **O homem, o Estado e a guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1959].

_____. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2012 [2002].